

Resumo de Troca de Aprendizagens

Investigação com vista à advocacia – Usar provas para impulsionar a mudança: Exemplos de casos do programa do Fundo da Sociedade Civil para a Educação

Série de Resumos sobre Troca de Aprendizagem

A Campanha Global pela Educação (CGE) é um movimento da sociedade civil que apela aos governos a concretizarem o direito à educação. Com membros em mais de 90 países, a rede reúne organizações de base, sindicatos de professores, grupos de direitos da criança, ONG, associações de pais e grupos comunitários. O trabalho coletivo da CGE como rede engloba a colaboração a nível global para influenciar quadros internacionais e debates políticos. Inclui também trabalho de networking e comunicação entre os membros para uma aprendizagem partilhada. Este trabalho ajuda a fortalecer o impacto a nível nacional e regional e a construir o carácter, baseado no movimento da GCE. Esta série de trocas de aprendizagens é produzida pela Campanha Global pela Educação para apoiar uma maior aprendizagem partilhada e o desenvolvimento de capacidades nas principais áreas estratégicas para a rede, através da síntese de conhecimentos e lições aprendidas em toda a rede.

Finalidade e origens deste documento de troca de aprendizagens

Este é o segundo artigo da série de troca de aprendizagens¹. Destina-se a partilhar aprendizagens resultantes do programa CSEF (informação sobre o CSEF é fornecida abaixo). Este documento utiliza informações recolhidas de experiências a nível do país dentro do programa CSEF, bem como dados gerados através do sistema de Monitorização, Avaliação e Aprendizagem do CSEF². Este segundo resumo de troca de aprendizagens olha de forma mais aprofundada a lição 5 do primeiro artigo da série, que se centra no envolvimento das coligações nacionais nos grupos locais de educação (GLE). A lição destaca brevemente o valor crítico de se trabalhar com boas provas para construir a credibilidade da advocacia da coligação nacional de educação.

Este Resumo da Troca de Aprendizagens apresenta 11 exemplos de casos de prática e lições aprendidas por parte de coligações nacionais de educação. Os exemplos de casos são detalhados abaixo por região e por ordem alfabética. As lições estão ligadas a algumas sugestões orientadoras sobre boas práticas de investigação eficaz com vista à advocacia, identificadas a partir de uma síntese do corpo de conhecimento existente sobre o assunto

¹ O primeiro resumo de troca de aprendizagens foi publicado em Março de 2018 e centrou-se no envolvimento das coligações nacionais de educação nos Grupos Locais de Educação (GLE).

² O sistema de Monitorização, Avaliação e Aprendizagem (MEL) online é uma ferramenta central de reporte e gestão de informação do programa CSEF que existe para recolher, transmitir, processar e armazenar dados e recursos programáticos de forma sistemática para compreender os avanços que estão a ser feitos através de várias intervenções, a três níveis diferentes: nacional, regional e global. Os dados usados como base deste resumo de troca de aprendizagens foram extraídos do sistema online MEL, especificamente de secções dos relatórios semestrais e anuais de 2016 e 2017, em que as coligações reportaram sobre as suas investigações e trabalho analítico.

Sumário Executivo

O programa CSEF exige que todas as coligações nacionais de educação gerem e utilizem documentação relevante e / ou investigação original e fiável, recolha de dados e construção de provas para informar a política do sector. Para alinhar com este objetivo, foram levadas a cabo 135 análises / estudos por 38 coligações em 2016 e 2017, anos da implementação do CSEF. Foram selecionados exemplos de casos de 11 coligações em [África](#) (Burkina Faso, Costa do Marfim, Gana, Malávi, Serra Leoa), [Ásia](#) (Indonésia, Filipinas), [Europa Oriental e Médio Oriente](#) (Moldávia, Sudão) e [América Latina](#) (Bolívia, Honduras) como base para este resumo de aprendizagens.

As coligações selecionadas optaram por vários tipos de investigação, a maioria delas contando com parceiros, especialistas e consultores externos, para levar a cabo e finalizar a análise. As coligações trabalharam em tópicos tão diversos como a privatização, a educação inclusiva, o financiamento e a tributação da educação, a frequência escolar, a formação de professores, a prestação de contas sobre o SDG 4, os conflitos e a realização do direito humano à educação.

A investigação, tanto qualitativa como quantitativa, baseou-se em verificação de factos, entrevistas, recolha e revisão rigorosa de dados, e ajudou a coligação a fortalecer a sua credibilidade, perfil e defesa de políticas. Em muitos casos (como na Serra Leoa e na Indonésia), os relatórios elaborados tiveram um impacto direto no debate da política nacional de educação e influenciaram positivamente as decisões tomadas pelas partes interessadas.

Apesar dos contextos e investigações nacionais muito diferentes, alguns pontos-chave contribuíram para os êxitos da coligação estudada: a relevância e a oportunidade do estudo; o envolvimento de parceiros e discussões com decisores políticos; relatórios sólidos baseados em provas e factos fundamentados e um envolvimento e estratégia de comunicação fortes para disseminar os resultados da investigação.

O seguinte resumo de aprendizagens está dividido em três partes: [uma introdução](#) e definições sobre os critérios usados para selecionar os exemplos de casos ; a [descrição](#) da investigação feita pelas 11 coligações; e [aprendizagens chave](#) a retirar desta análise.

Definições

O foco em investigação da Campanha Global pela Educação como base para o sucesso da advocacia

A Campanha Global pela Educação (CGE) promove a educação como um direito humano básico e mobiliza organizações da sociedade civil (OSC) para pressionar os governos e a comunidade internacional a cumprir os seus compromissos de fornecer educação pública gratuita, de alta qualidade e inclusiva para todos. O objetivo da CGE é influenciar políticas e práticas de governos e outros decisores, o que a CGE faz de várias maneiras. Um mecanismo crucial é o apoio da CGE ao envolvimento da sociedade civil no planeamento e implementação do sector da educação em mais de 60 países em África, Ásia e Pacífico, América Latina e Caraíbas, Médio Oriente e Europa Oriental através do Fundo da Sociedade Civil para a Educação (CSEF). O CSEF é coordenado pela CGE e parceiros regionais e financiado em grande parte pela Parceria Global para a Educação (PGE), uma parceria de múltiplas partes interessadas e plataforma de financiamento que visa reforçar os sistemas de educação nos países em desenvolvimento, apoiando os governos no desenvolvimento de planos nacionais para o sector da educação de boa qualidade.

O programa CSEF procura assegurar o diálogo consultivo sobre políticas nacionais e fortalecer a prestação de contas do governo aos cidadãos para a obtenção de educação pública equitativa, inclusiva e de qualidade em todos os países em que opera. Para o conseguir, o CSEF trabalha em direção a três objetivos que se reforçam mutuamente, relacionados com a participação política: Em primeiro lugar, a sensibilização e envolvimento da sociedade civil e dos cidadãos; em segundo lugar,

investigação e análise de qualidade; e em terceiro lugar, a construção de conhecimento e redes entre países e regiões.

Alinhado com o seu segundo objetivo, o CSEF exige que todas as coligações nacionais de educação envolvidas no programa gerem e usem de forma ativa documentação / análise relevante e / ou envolvam os cidadãos em investigações originais e fiáveis, recolha de dados e construção de provas - para servirem de base ao diálogo sobre políticas sectoriais em um ou mais dos seguintes aspectos: a) financiamento interno para a educação; b) equidade e inclusão na educação; c) educação e aprendizagem de qualidade ; d) qualidade e inclusividade dos processos de diálogo do sector da educação.

Ao trabalhar para alcançar com êxito o segundo objetivo do programa CSEF, os **parceiros de implementação da CGE e do CSEF entendem que a investigação é a base para o sucesso da advocacia**. É importante para ambos:

- **Uma estratégia de advocacia eficaz** - permitindo uma análise estratégica completa; e
- **Trabalho de advocacia bem sucedido** - fornecendo provas confiáveis e precisas para apoiar a advocacia.

Caixa 1. O que é advocacia?

A advocacia é geralmente entendida como um processo de envolvimento dos detentores de poder que visa provocar mudanças no processo, política ou prática, de modo a que as causas estruturais de iniquidade e desigualdade sejam reduzidas. Há muitas definições de advocacia, que também podem usar abordagens participativas (auditorias sociais e monitorização de prestação de contas, lobbies coletivos, petições, investigações de opinião, júris de cidadãos, levar detentores de direitos a testemunhar junto de órgãos governamentais, etc.). Muitas organizações, movimentos e coligações, incluindo a CGE, querem basear a sua advocacia tanto quanto possível nas vozes daqueles que são principalmente afetados pelas questões. De fato, é desejável que o trabalho de advocacia crie espaço ou oportunidades para as pessoas afetadas pelas questões advogarem em seu próprio nome.

A advocacia pode, portanto, ser vista como uma abordagem ao desenvolvimento e à garantia do direito humano à educação - sendo a estratégia a característica definidora de uma advocacia eficaz. É um processo deliberado e planeado e ocorre em torno de uma posição política mantida por uma organização, movimento ou coligação. A principal característica distintiva é que é fortemente baseada em recolha de fatos e provas e em apresentar soluções convincentes aos decisores, partes interessadas e audiências relevantes, e atua como uma voz nos processos de políticas para conjuntos de vozes mais marginalizadas.

Compromisso de investigação com vista à advocacia entre as Coligações apoiadas pelo CSEF

Diz-se que cada dólar gasto em investigação vale dez dólares gastos em lobby, e que as provas funcionam como combustível para a advocacia. Quando a investigação é minuciosa (recolhida de maneira rigorosa e sistemática), é mais fácil desenvolver uma estratégia de advocacia vencedora.

Através do apoio do CSEF, as coligações nacionais de educação demonstraram um compromisso amplo e positivo em investir em investigações e análises para informar as suas estratégias e esforços de advocacia. No total foram concluídas 135 análises / estudos por 38 coligações durante os anos da implementação do CSEF, 2016 e 2017³.

Reflexões sobre a quantidade e qualidade da investigação

³ Em 2016-2017, 54 coligações foram apoiadas diretamente por subvenções CSEF. Assim, 38 coligações representam 70%. Os 30% remanescentes, apesar de poderem sugerir um diferente grau de compromisso, na maior parte dos casos estão relacionados com capacidades, recursos ou prioridades de outras atividades.

Enquanto a produção de 135 'unidades' de investigação representa um investimento extenso do CSEF e uma conquista em si, a CGE apercebeu-se que o CSEF historicamente não tinha uma definição do que deveria ser considerado como investigação de 'qualidade'. Como resultado, tem sido difícil distinguir e avaliar resultados de investigação de alta e baixa qualidade. Da mesma forma, a CGE apercebeu-se que uma definição comum do que conta como investigação que vai ao encontro dos objetivos da advocacia também tem sido pouco clara; e que assegurar no CSEF um entendimento partilhado e comum destes conceitos básicos deve ser um aspecto importante do programa CSEF. O resultado é que tem havido deficiências na análise sistemática ou no rastreamento da qualidade dos estudos, o seu uso na advocacia da coligação, ou uma análise mais profunda para entender se a investigação permitiu mudanças na política, nos processos ou prática legislativa⁴.

Aprendendo com estas limitações, em 2016, a CGE introduziu um sistema online de Monitorização, Avaliação e Aprendizagem (MEL) como um passo importante para ajudar a superar alguns dos problemas de comparar de forma acessível a investigação levada a cabo com o apoio do CSEF. O sistema online tem funções incorporadas que permitem uma melhor partilha, aprendizagem e revisão dos resultados da investigação. Com base nesta etapa, em 2017 os parceiros de implementação do CSEF definiram coletivamente aspectos da investigação de qualidade, conforme mostra a Caixa 2.

Caixa 2. Definição de trabalho de *elementos* de investigação de qualidade do CSEF

Investigação credível e original é capaz de sistematizar, conectar, relacionar, interpretar e construir percepções, conhecimentos e realidades para demonstrar ou defender um ponto de vista, ou analisar e avaliar uma dada situação⁵.

A introdução desta série de Troca de Aprendizagens é outro passo importante para abordar as limitações e a compreensão enriquecedora de como a investigação apoiada pelo CSEF alimentou mudanças nas políticas, processos ou prática da educação. Por que é este aspeto importante e, especialmente, por que é a investigação importante para a advocacia?

Caixa 3. Por que é importante a investigação para a advocacia?⁶

A investigação ajuda os atores da educação a obter uma compreensão clara das complexas causas e efeitos da desigualdade e das disparidades na educação pública, na perspectiva de identificar soluções políticas práticas e viáveis que permitam construir um consenso em favor da mudança. *É impossível argumentar lógica e coerentemente por uma mudança de política sem o sólido entendimento da questão que a investigação oferece*. **A investigação com vista à advocacia pode:**

- Dar substância à advocacia das coligações, e estabelecer uma reputação da coligação como especialista na questão
- Fornecer soluções viáveis e exequíveis para uma questão específica de direitos de educação
- Fornecer estudos de casos, histórias e exemplos para fazer com que questões críticas de educação "ganham vida"
- Fornecer argumentos de custo-benefício, incluindo o custo (muitas vezes oculto) de alternativas e inação
- Demonstrar apoio público ou interesse público
- Ajudar a analisar uma questão a partir de diferentes perspectivas, incluindo as vozes daqueles a quem a questão mais afeta
- Ajuda a refutar mitos, rumores e falsas suposições

⁴ Esta observação foi salientada num estudo teórico da UNESCO sobre investigação e monitorização levado a cabo durante a fase 2013-2015 do CSEF, e foi igualmente referenciada numa análise intercalar independente ao programa CSEF 2016-2018.

⁵ Definição de trabalho desenvolvida em junho de 2017 após uma reunião presencial alargada de parceiros de implementação CSEF de nível global, regional e alguns selecionados de nível nacional, em Joanesburgo, África do Sul, em maio de 2017.

⁶ Adaptado de: *Participatory Advocacy: A Toolkit for VSO Staff, Volunteers and Partners*, VSO, November 2009, pp23-24.

- Analisar e fornecer contra-argumentos às posições detidas por partes interessadas que podem não ser solidárias com a agenda do direito humano à educação
- Fornecer provas para posições políticas
- Explicar porque as estratégias anteriores funcionaram, ou não
- Fornecer a base para o trabalho de sensibilização dos media e do público

Trazer para discussões sobre políticas uma base de provas da comunidade ou informações robustas baseadas em provas é um papel particularmente único da sociedade civil.

Aprender o que 'conta' como investigação de qualidade com vista à advocacia no CSEF

Apesar de o desenvolvimento coletivo de uma definição mais abrangente, partilhada e comumente aceite de 'o que conta como investigação de qualidade', e 'o que conta como investigação que atenda aos objetivos de advocacia' permanecer no discurso e agenda do CSEF, neste resumo de troca de aprendizagens, as orientações e algumas lições foram retiradas de dois conjuntos de fontes de informação: i) o vasto corpo de conhecimento e documentação existente sobre rigor de investigação (qualidade) e investigação com vista à advocacia, e; ii) exemplos de caso de prática e lições de experiências apoiadas pelo CSEF. A partir dessas fontes de informação, determinar "o que conta" pode ser informado pelas seguintes considerações:

Tensões entre investigação de qualidade e investigação com vista à advocacia:

Há muito que se debate o que e quem define a investigação de (alta) qualidade - e a posição comum e amplamente aceite é de que a **investigação de qualidade garante que os processos de investigação sejam metodologicamente robustos e sistemáticos** - e podem resistir a críticas ou questionamentos rigorosos. Há pouco argumento contra isso, mas há tensões quando se trata de discutir sobre a neutralidade da investigação, especialmente a investigação orientada para políticas. Tradicionalmente tem-se argumentado que um determinante importante da investigação que é metodologicamente rigorosa e de alta qualidade é que a investigação deve ser livre de valores; os dados e informações são recolhidos e processados objetivamente. Por esta razão, a investigação com vista à advocacia é vista por alguns como uma atividade inapropriada para os investigadores, pois acredita-se que ela enfraquece a neutralidade da investigação e, potencialmente, afeta negativamente o rigor e a qualidade da investigação. Isso ocorre porque a investigação com vista à advocacia é (geralmente) desenhada deliberadamente para influenciar e destina-se a influenciar ou tentar influenciar os governos (locais e nacionais), parlamentos e / ou a política, processo ou prática dos partidos políticos.

No entanto, posições mais recentes reconhecem e ressaltam que "a investigação (política) não é neutra na sua análise. Mesmo demonstrando rigor académico e excelência, a investigação é moldada pelo contexto político em que é produzida e utilizada para promover os valores daqueles que a produzem e encomendam ... (alguns) investigadores têm-se sentido mais à vontade com um modelo de 'investigação de captação' em que os investigadores simplesmente reestruturam a investigação para o público não académico, acreditando que isso seja mais neutro. No entanto, isso permite que os intermediários do conhecimento e decisores políticos selecionem as provas que parecem apoiar uma posição existente e, portanto, não são mais neutras e talvez sejam menos rigorosas, do que o envolvimento direto com os defensores"⁷.

Esta posição sustenta que as investigações de política de alta qualidade e metodologicamente sólidas não são em si determinantes da eficácia da investigação de políticas, e que os debates sobre investigação de qualidade versus investigação com vista à advocacia supõem uma falsa dicotomia. Quando a eficácia é medida pela capacidade de resposta ou pela aceitação das recomendações de investigação, a investigação de políticas **implica criticamente o envolvimento com**

⁷ Pittore, K., te Lintelo, D.J.H, Georgalakis, J., Mikindo, T.; *Choosing between Research Rigour or Support for Advocacy Movements, a False Dichotomy?* IDS Bulletin Vol 47, No 6 (2016). Acedido online: <http://bulletin.ids.ac.uk/idsbo/article/view/2833/ONLINE%20ARTICLE>

atores de advocacia que são especialistas nas realidades políticas locais e podem permitir a contextualização da investigação.

Os exemplos de casos de investigação para a prática de advocacia apresentados neste resumo de troca de aprendizagens apoiam esta última posição. Surgiram algumas lições de experiências comuns no CSEF sobre o que conta como investigação de qualidade para a advocacia, e são partilhadas na Caixa 4.

Caixa 4. Algumas lições do CSEF sobre "o que conta" como investigação de qualidade com vista à advocacia

Além de ser metodologicamente rigoroso e sistemático para manter a legitimidade e credibilidade, a investigação de qualidade com vista à advocacia:

- É **projetada e usada de uma forma que reconhece que raramente há uma relação direta entre uma investigação e uma mudança política** – o impacto (política, processo e mudança de prática) ocorre ao longo do tempo e requer investimento em esforços de advocacia significativos, fortes e com objetivo. Embora as coligações apoiadas pelo CSEF entendam que a investigação é uma base para a advocacia bem-sucedida, tal requer geralmente um envolvimento de longo prazo por parte das coligações e redes de educação que entendem o contexto, as políticas e têm relacionamento com os principais interessados.

- **Baseia-se em realidades locais** e apoia os objetivos de longo prazo da coligação, como advogar a inclusão da educação em manifestos políticos na Nicarágua.

- Tem uma **forte ênfase no envolvimento de política e comunicação** e a tradução da investigação em contextos locais e para as audiências locais (incluindo as comunidades, autoridades locais e regionais de decisores políticos), e uma sensibilidade à complexidade do processo político. Em alguns casos, uma multiplicidade de processos - tanto fechados como abertos - contribuem para a formulação de uma política ou estrutura legislativa, e a qualidade das relações estabelecidas pela coligação a diferentes níveis com o governo e com a legislatura é um fator-chave para ser bem-sucedida usando a investigação para influenciar positivamente a mudança. Sem estas características, a investigação metodologicamente robusta por si só terá provavelmente poucas hipóteses de efetuar mudanças.

Como indicam as lições da Caixa acima, as coligações apoiadas pelo CSEF entendem que a investigação com vista à advocacia não é um exercício puramente académico. Isto deve-se em grande parte ao facto de o seu propósito final ser gerar conhecimento que possa ser usado para influenciar políticas de educação, processar ou praticar mudanças, a fim de que o direito humano a uma educação pública equitativa, inclusiva e de qualidade seja uma realidade, especialmente nas vidas dos mais povos marginalizados.

No entanto, num contexto em que cada vez há maior interesse em entender como são usadas no CSEF as provas de investigação para catalisar mudanças, políticas e práticas, no sector de educação⁸, a metodologia para medição é limitada⁹. O processo de avaliar a investigação para entender se esta permitiu mudanças na política, processos, prática ou alocação de recursos é um desafio. Os impactos da investigação são complexos, não lineares e imprevisíveis por natureza. A verdadeira imputação raramente é possível e mesmo suposições sobre a imputação precisam de ser escrutinadas e testadas para evitar preconceitos e percepções melhoradas sobre a influência exercida¹⁰. Embora vários métodos para avaliar o impacto da investigação sejam usados desde há muito tempo (como a [Análise Biométrica](#) e o modelo Payback) e apesar de continuarem a surgir algumas abordagens novas

⁸ Ibid, UNESCO 2015 e MTR 2018

⁹ Este é o caso entre sectores, e não apenas para o sector da educação. Ver por exemplo: Milat, A. J., Bauman, A. E., & Redman, S. (2015). *A narrative review of research impact assessment models and methods*. Health Research Policy and Systems, 13, 18. Acedido online: <http://doi.org/10.1186/s12961-015-0003-1>

¹⁰ Start, D., & Hovland, I. (2004), *Tools for Policy Impact: A Handbook for Researchers*, [Research and Policy in Development Programmes](#), Overseas Development Institute, London. Acedido online: <http://www.odi.org.uk/resources/docs/194.pdf>

(por exemplo [Research Contribution Framework](#) e [Social Network Analysis](#)), todas fazem concessões importantes¹¹.

Aplicando um exemplo de caso de uma abordagem prática, este artigo centra-se em 11 exercícios analíticos e de investigação realizados por coligações nacionais de educação, da fase 2016-2018 da implementação do CSEF até o momento. Como as coligações do CSEF aprenderam que o impacto da investigação com vista à advocacia ocorre ao longo do tempo, o foco destes exemplos de caso é em como foi realizada a investigação e como as coligações usaram (ou usarão) os resultados para informar as suas estratégias de advocacia da educação, incluindo os seus esforços de envolvimento político e comunicação. Apresentamos também algumas lições sobre o uso da investigação para influenciar a aceitação e capacidade de resposta positiva por parte do pública e dos governos.

Exemplos de Caso

Levantamento levado a cabo pela sociedade civil sobre a prevalência de abandono escolar e trabalho infantil em locais de mineração artesanal no Burkina Faso

A 'Coalition Nationale pour l'Éducation Pour Tous du Burkina Faso (CN-EPT/BF)¹² foi criada em outubro de 2000 após o Fórum Mundial de Educação, realizado em Dacar em abril do mesmo ano, e a coligação tem sido apoiada pelo CSEF desde o final de 2009. A CN-EPT/BF é composta por 40 organizações da sociedade civil ativas no sector da educação; entre os seus membros há ONG nacionais e internacionais, sindicatos de professores e associações de pais, grupos de estudantes, associações de pessoas portadoras de deficiência, associações de jovens e de mulheres, organizações que trabalham no campo da alfabetização e dos direitos da criança e a rede de jornalistas e comunicadores em educação, género e desenvolvimento.

Enquadramento: Um país subsaariano sem litoral na África Ocidental, o Burkina Faso está entre os países mais pobres do mundo e, em 2016, o país estava posicionado em 185 entre 188 países e territórios no Índice de Desenvolvimento Humano¹³. Em 2012, o conflito armado e a instabilidade do vizinho Mali provocaram uma crise humanitária e ondas de refugiados fugiram para o Burkina Faso. Apesar do nome do país significar "terra de pessoas incorruptíveis", a corrupção é um problema generalizado e abrangente. Em 2014, o chefe de Estado do país foi afastado da presidência numa revolta popular após ter governado o Burkina Faso durante 27 anos. Este desenvolvimento político foi seguido pelo estabelecimento de uma administração transitória em novembro de 2014. Foi sucedido por um governo democraticamente eleito que começou com a inauguração de um novo presidente e uma nova Assembleia Nacional no final de dezembro de 2015 e um novo primeiro ministro em janeiro de 2016.

Análises recentes concluíram que a taxa de conclusão do ensino primário continua a ser uma das mais baixas de África, com 57,6% em 2014¹⁴. Além disso, 48% das crianças em idade escolar oficial (6-11 anos) não frequentavam a escola em 2014, e há disparidades significativas entre as crianças mais pobres e as mais ricas, tal como entre as que vivem em zonas rurais e urbanas¹⁵. Contribui grandemente para estes gigantescos desafios educacionais a proliferação de locais de mineração de ouro no país, que assumem proporções alarmantes, com enormes consequências para o sector da educação. Um número cada vez maior de crianças abandonou as aulas ou absteve-se de ingressar na escola para trabalhar em locais de mineração de ouro em algumas das piores formas de trabalho

¹¹ Boaz, A., Fitzpatrick, S., & Shaw, B. King's College London & Policy Studies Institute, (2008). *Assessing the impact of research on policy: A review of the literature for a project on bridging research and policy through outcome evaluation (Final report)*. Acedido online: http://www.psi.org.uk/pdf/2008/bridgingproject_report.pdf

¹² Tradução para português: Coligação Nacional para a Educação para Todos do Burkina Faso.

¹³ Fonte: HDR 2016, UNDP, consultado a 3 de junho de 2018 em http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/BFA.pdf

¹⁴ Dados de 2012, publicados pelo Instituto de Estatísticas da UNESCO, 2014.

¹⁵ Fonte: https://www.epdc.org/sites/default/files/documents/EPDC%20NEP_Burkina%20Faso.pdf

infantil. De acordo com um relatório do Ministério de Ação Social e Solidariedade Nacional (março de 2015), entre os mineiros, existem 7.152 crianças, das quais 5.276 estavam na escola primária e 1.876 na escola secundária que abandonaram a escola ao longo de 2012-2013 para trabalhar com a extração de ouro em nove regiões do país. Recursos limitados para a aplicação sistemática das leis sobre o trabalho infantil entravam os esforços do governo de proteger as crianças, e a falta de financiamento tem prejudicado a implementação de políticas de trabalho infantil. Além disso, os programas sociais relacionados às piores formas de trabalho infantil não correspondem à escala do problema¹⁶.

Foco da investigação: A fundamentação para este estudo foi originalmente apresentada, durante uma reunião consultiva da proposta do CSEF 2016-2018, pelos membros dos comités regionais da coligação das regiões Boucle du Mouhoun, Hauts-Bassins e Sudoeste. Esses representantes da coligação regional explicaram que os níveis de abandono do ensino médio se devem ao facto de os estudantes procurarem beneficiar das oportunidades geradoras de rendimento encontradas em locais de mineração artesanal nas suas regiões, e a coligação comprometeu-se a documentar melhor a questão para informar o seu trabalho de advocacia, com o tema “*luta contra o trabalho infantil em locais de mineração artesanal*”.

Processo de investigação: Totalmente financiado pelo CSEF, o estudo foi realizado entre março e junho de 2017. Foi levado a cabo um levantamento em 45 escolas primárias, 11 escolas secundárias e 10 minas em quatro províncias do Sudoeste, Boucle du Mouhoun e Hauts Bassins¹⁷ para estudar a ocorrência de trabalho infantil e crianças que abandonam a escola em locais de mineração. Foram também efetuadas entrevistas com os diretores distritais de Circunscrições da Educação Básica (CCEB), presidentes de câmara, representantes de empresas de mineração de ouro e pais de crianças das escolas e dos locais de mineração envolvidos.

Foi realizada uma primeira oficina em março de 2017 para formar membros de grupos de advocacia das regiões Boucle du Mouhoun, Hauts Bassins e Sudoeste. Foram desenvolvidas ferramentas para recolha e análise de dados (questionários, modelos de relatórios e guias de entrevistas) que foram validadas pelos participantes. Estas ferramentas foram usadas por equipas regionais de recolha de dados, cada uma composta por seis entrevistadores, que recolheram os dados em duas visitas de campo subsequentes, em escolas e locais de mineração. Os seis investigadores por equipa foram nomeados pelos membros dos grupos de advocacia municipais, a quem os resultados foram posteriormente reportados numa segunda oficina, depois de todas as constatações terem sido validadas. A segunda oficina também produziu um documento de posição da coligação sobre o trabalho infantil em locais de mineração artesanal e os seus direitos a uma educação de qualidade inclusiva.

Usar a investigação com vista à advocacia: As principais constatações da investigação corroboraram as observações empíricas dos membros do comité regional da coligação sobre os números alarmantes de abandono escolar causado pela atração das minas de ouro. Por exemplo, na Niokola School, na Região Sudoeste, 34% dos alunos abandonaram a escola para trabalhar nos locais de mineração. Além disso, uma das empresas de mineração, Korgho¹⁸, congratulou-se com a iniciativa de advocacia da CN-EPT, chamando a atenção para o fenómeno. A investigação foi considerada pela Korgho como valiosa para apoiar os seus próprios esforços para resolver o problema, especialmente porque confirmou a sua análise interna dos fatores que levam rapazes e raparigas a abandonar a escola para ir para as minas.

Os resultados do levantamento foram partilhados pela coligação durante atividades de sensibilização, como fóruns e programas locais de rádio, envolvendo pais e 'mães educadoras', professores, estudantes, mineiros do ouro e membros de comunidades de base em Gaoua, Bobo-Dioulasso e Dédougou. Além disso, a coligação organizou intercâmbios dialógicos presenciais com autoridades

¹⁶ Gabinete de Assuntos Laborais Internacionais do Ministério do Trabalho dos Estados Unidos, Constatações de 2013 sobre as piores formas de trabalho infantil, Relatório sobre o Burkina Faso. Consulta a 3 de junho de 2018 em <https://www.dol.gov/ilab/reports/child-labor/findings/2013TDA/burkinafaso.pdf>

¹⁷ As províncias onde se fez o levantamento foram, especificamente, Poni, Houet, Tuy e Mouhoun.

¹⁸ A exploração de ouro de Korgho fica situada na província de Poni na região sudoeste do país.

locais (governadores, altos comissários, diretores regionais e provinciais de educação e alfabetização nacionais, presidentes de concelho, presidentes de conselhos regionais, líderes tradicionais e religiosos) das três regiões de Boucle du Mouhoun, Hauts Bassins e Sudoeste, bem como com as autoridades nacionais (Ministério da Educação e Assembleia Nacional). Durante essas audiências, a coligação apresentou recomendações específicas para incentivar o retorno, e retenção na escola, das crianças que trabalhavam nos locais de mineração artesanal. O documento de posicionamento desenvolvido durante a oficina mencionada anteriormente foi usado como uma ferramenta para o diálogo com os decisores e parlamentares da educação.

Resposta e influência emergente: A nível local, os esforços de advocacia da coligação mostraram-se eficazes; os membros regionais da coligação monitorizaram e documentaram que um grande número das crianças que tinham abandonado as aulas para trabalhar em locais de mineração artesanal voltaram a ingressar nas suas escolas no início do ano letivo de 2017-2018¹⁹. A coligação continua a fazer lobby a nível nacional para fazer cumprir eficazmente a implementação dos quadros legais e políticas e os planos nacionais relevantes para a luta contra o trabalho infantil, incluindo " *O Programa Nacional contra o Trabalho Infantil em Mineração Artesanal de Ouro e Pedreiras no Burkina Faso*".

Lições aprendidas: A coligação identificou que:

- A validade dos dados recolhidos e a credibilidade dos processos de investigação, apoiados por **um plano de comunicação abrangente**, é um pré-requisito para influenciar de forma eficaz os tomadores de decisão política. Para conseguir isso, é fundamental garantir que a **capacidade dos investigadores, incluindo a apropriação dos processos de investigação, seja bem desenvolvida** durante as fases de projeto, planeamento e preparação da investigação.
- Investigar as **causas do problema** ajudou a identificar e comunicar **soluções viáveis**.

Investigar o conhecimento local e as atitudes para cumprir com a escolaridade obrigatória na Costa do Marfim

Criada em 2010, a Coligação *Réseau Ivoirien pour la Promotion de l'Education Pour Tous* (RIP-EPT)²⁰ inclui uma diversidade de membros de 19 organizações da sociedade civil que operam em 11 das 31 regiões do país. A coligação tem sido apoiada pelo CSEF desde o final de 2013. Em 2015, o Estado da Costa do Marfim declarou que, a partir do início do ano letivo de 2015-2016, a escolarização deveria tornar-se obrigatória para todas as crianças e jovens entre os 6 e os 16 anos. Esta decisão foi promulgada com a adoção de um quadro regulatório e legal, a Lei nº 2015-635, de 17 de setembro de 2015, que modificou a Lei nº 95-639, de 7 de setembro de 1995.

Dois anos após esta declaração, no último trimestre de 2017, a RIP-EPT decidiu investigar as barreiras e facilitadores para a implementação da Lei de escolaridade obrigatória nas onze regiões onde opera a coligação. Esta investigação foi extensa no que toca à área geográfica abrangida e as partes interessadas envolvidas, e foi totalmente financiada pelo CSEF. Mais de 9.000 pessoas participaram na investigação, incluindo os onze comités regionais da coligação, autoridades educacionais (diretores, assessores regionais, diretores de escolas, professores), autoridades políticas regionais (presidentes de conselho regionais, presidentes de câmara e representantes distritais), pais, alunos, e outras OSC ativas em educação nessas onze regiões.²¹

Esta investigação, liderada pela sociedade civil, identificou que as barreiras mais comumente citadas pelos estudantes para se matricularem e / ou completarem o ciclo completo de dez anos de escolaridade obrigatória são i) falta de meios financeiros a nível doméstico (para livros didáticos, uniformes, transporte, propinas escolares - incluindo taxas "ocultas"); ii) percepção parental e dos

¹⁹ Na região de Hauts Bassins a percentagem de abandono escolar para trabalhar em locais de mineração artesanal no concelho de Koumbia passou de 45% em 2016 para 39% em 2017, e para 11% em 2018. No concelho de Karangasso Viguè, o abandono escolar passou de 176 em 2016 para 75 em 2017 e 4 em 2018.

²⁰ Tradução para português: Rede da Costa do Marfim para a Promoção da Educação para Todos.

²¹ O estudo foi levado a cabo nas seguintes regiões: Abengourou, Aboisso, Bondoukou, Bouaké, Daloa, Gagnoa, Korhogo, Man, Odienné, San Pedro, e Yamoussoukro.

estudantes de uma infraestrutura inadequada nas escolas (salas de aula superlotadas, falta de livros didáticos e de instalações, incluindo casas de banho) e; iii) falta de sensibilização e compreensão sobre a escolaridade obrigatória, particularmente entre a quinta parte mais pobre das comunidades. Outros obstáculos de frequente preocupação eram as crenças socioculturais, incluindo práticas prevalentes relacionadas com a religião islâmica (escola corânica, casamento forçado e precoce); o fenómeno das raparigas a ser direcionadas para o emprego como "empregadas domésticas" e a gravidez na adolescência. A investigação também identificou que, apesar de estarem em vigor quadros legislativos relevantes, o compromisso, o investimento e a vontade do governo para a sua implementação são limitados e lentos.

Como resultado da aprendizagem a partir das constatações da investigação, a coligação desenvolveu uma estratégia de advocacia para promover a sensibilização e o apoio aos pais na compreensão da Lei e da sua relevância. A coligação também desenvolveu estratégias para pressionar as autoridades competentes a implantar planos de ação e programas para criar condições favoráveis para que os pais cumpram a lei da escolaridade obrigatória.

A Sociedade Civil a ditar as regras para regulamentar a educação privada no Gana

A Coligação da Campanha Nacional de Educação do Gana (GNECC- Ghana National Education Campaign Coalition) foi criada em 1999 com a missão de promover e facilitar processos que assegurem a equidade no acesso à educação básica de qualidade gratuita para todas as crianças do Gana. Com 36 membros titulares, o alcance da rede da coligação estende-se a quase 200 organizações da sociedade civil, grupos profissionais, instituições de ensino / investigação e outros profissionais interessados em promover a educação básica de qualidade para todos. A coligação recebeu subvenções periódicas do CSEF desde 2009.

Enquadramento: O Gana alcançou progressos notáveis no que diz respeito ao acesso à educação, particularmente no nível básico, com a taxa líquida de matrícula (NER) no nível primário aumentando de 78% em 2011 para 90% em 2016. Nos primeiros anos do ensino secundário a taxa bruta de matrícula (RGE) aumentou de 80% para 88% no mesmo período. Os indicadores também apontam para um aumento no acesso à educação em todos os níveis em distritos carentes, e a paridade de género também melhorou consideravelmente em todos os níveis entre 2011 e 2016. Este facto pode ser atribuído a algumas medidas políticas, estratégias e programas que foram introduzidos para melhorar o acesso à educação, incluindo o programa de alimentação escolar, subsídio de captação, uniformes escolares gratuitos, bolsas para raparigas em regiões carentes e outras intervenções similares.

Ao mesmo tempo, no entanto, as escolas primárias privadas proliferaram 45,7% entre 2009 e 2014 (Relatório do Desempenho do Sector da Educação, 2014). Embora tenha sido observado em 2015 que as escolas privadas constituíam 29% das escolas de educação básica no país, esse número subiu para 30% até 2017 (Ministério da Educação de Gana, Análise do Sector da Educação, 2018). De acordo com as disposições da Constituição de 1992 da República do Gana, a necessidade de fortalecer a política nacional sobre a regulamentação das operações das escolas privadas no nível pré-superior tornou-se crítica para assegurar que sejam alcançados e mantidos padrões mínimos de educação. Isto foi reconhecido pelo Ministro da Educação na Reunião de Revisão Anual do Sector da Educação Nacional em 2016, onde foi apresentada uma diretiva para revisão do projeto Regulamentos de Educação 2000 para as Escolas Particulares.

Foco da investigação: A GNECC contribuiu com o processo realizando uma revisão crítica dos quadros legais e políticos que regem a participação privada na educação, a fim de fazer recomendações ao governo da perspectiva da sociedade civil para melhorar os padrões de qualidade e prestação de contas dos provedores privados de educação, informada pelas melhores práticas internacionais. O objetivo era informar e moldar a atualização e finalizar a estrutura preliminar para regulamentar a oferta de educação sob gestão pública e privada, com esforços específicos para: i) Avaliar se a regulamentação está de acordo com as convenções e referências internacionais; ii) Avaliar o estado da implementação do quadro legal sobre a participação privada na educação; e iii) Fazer recomendações sobre que políticas e ações são necessárias para melhorar os padrões no sector de educação.

Processo de investigação: Este estudo, totalmente financiado pelo CSEF, foi encomendado externamente, e a supervisão de qualidade foi realizada pela GNECC em parceria com a Associação Nacional de Professores do Gana (GNAT), a Associação Nacional de Professores de Pós-Graduação (NAGRAT), a Tax Justice Network (TJN), Right to Play e o Sindicato de Professores e Trabalhadores Educacionais. Este estudo, com concepção de métodos mistos (envolvendo entrevistas minuciosas com uma série de partes interessadas relevantes, bem como análise de dados secundários), foi levado a cabo e concluído num período de cinco meses, entre agosto e dezembro de 2017. Um primeiro esboço do relatório foi revisto pelo Secretariado da GNECC e uma segunda versão foi depois partilhada para revisão pelos participantes de uma oficina de validação, organizada para membros da coligação e partes interessadas da sociedade civil que não são membros da coligação GNECC (como o Sindicato de Professores e Trabalhadores Educacionais, Tax Justice Network e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos). A reunião de validação proporcionou uma oportunidade para apresentar críticas finais, acordadas coletivamente por membros da sociedade civil e outros parceiros na campanha contra a privatização, antes que o relatório fosse finalizado em dezembro de 2017.

Entre as suas constatações e recomendações, o estudo concluiu que; é preciso redigir e aprovar um projeto de lei e a sociedade civil deve ser envolvida de forma significativa na sua elaboração, pois não há registo de terem sido efetuadas consultas adequadas às partes interessadas antes da elaboração do projeto de lei. Também foi aconselhado mandar, com urgência, pelo Ministério da Educação, uma entidade legalmente independente, que garanta que todas as partes interessadas participem no desenvolvimento de uma Lei de regulamentação, como uma ferramenta legislativa orientadora para o estabelecimento, gestão e supervisão de todas as escolas públicas e privadas no nível de ensino pré-superior.

Usar a investigação com vista à advocacia: As constatações da investigação estão a ser usadas para informar os contributos da sociedade civil durante as consultas sobre as regulamentações revistas das escolas privadas e sobre as campanhas contra a privatização. O relatório também está a ser usado para envolver o Ministério da Educação e o GES, que está a rever a regulamentação existente sobre as escolas privadas. O Grupo de Trabalho do Sector (GLE) e o Grupo de Parceiros de Desenvolvimento foram informados sobre a investigação e atualizados sobre o seu progresso. Como resultado, o Ministério da Educação comprometeu-se a organizar consultas às partes interessadas sobre a nova regulamentação. Tendo em conta a informação inadequada sobre as operações das escolas privadas, este relatório de investigação será um material de referência útil durante as consultas às partes interessadas que ainda hão-de ocorrer. A advocacia da GNECC sobre a participação privada é reconhecida pelo Ministério da Educação até ao ponto de ser identificada como uma agência colaboradora para apoiar o Ministério a padronizar a acreditação de escolas privadas, para facilitar a monitorização das suas operações.

Resposta e influência emergente: A monitorização das operações das escolas privadas foi transferida da Unidade de Educação Privada (que não dispunha de recursos suficientes) do Serviço de Educação do Gana para o Conselho Nacional de Inspeção (com recursos relativamente melhores). Essa ação do governo representa um compromisso mais forte de monitorizar as atividades dos provedores privados de educação e de os tornar mais responsáveis.

Lições aprendidas:

- O principal desafio enfrentado foi recolher informações adequadas sobre o grau de cumprimento das regulamentações pelas escolas privadas, uma vez que o regulamento, que está em esboço há mais de dez anos, não foi realmente aplicado. A maioria dos **dados disponíveis também não era abrangente**. Isso significou que foi necessário **mais tempo** do que o inicialmente previsto para levar a cabo a investigação, **afetando a execução de outras atividades de advocacia** que dependiam da conclusão do relatório.
- O acompanhamento frequente junto das partes interessadas e parceiros, antes da conclusão do relatório, foi fundamental para manter o apoio ao projeto. Informar as partes interessadas sobre a atividade foi importante para manter a atenção dos funcionários governamentais na melhoria da eficácia das regulamentações em escolas privadas. **O envolvimento sustentado com decisores políticos e partes interessadas** é importante para a obtenção dos resultados desejados.

Momento da verdade - influenciar um aumento no financiamento para Necessidades Educativas Especiais no Malávi

A Civil Society Education Coalition (Coligação de Educação da Sociedade Civil - CSEC) no Malávi foi criada em julho de 2000. É uma coligação com 97 membros que tem sido apoiada por subvenções do CSEF desde 2009. A avaliação do financiamento para Necessidades Educativas Especiais (NEE) e desafios que afectam o subsector foi realizada e concluída no período de outubro de 2016 a fevereiro de 2017.

Enquadramento: O Malávi é um país de baixo rendimento e um dos mais pobres do mundo (IDH 2016). No entanto, houve melhorias no país em relação às taxas brutas de matrícula (GER) no ensino primário em ambos os sexos²². Além disso, de acordo com o Relatório do Sector da Educação de 2015, a taxa de matrícula para alunos com necessidades especiais (NEE) aumentou ligeiramente (de 2% em 2013 para 2,4% em 2015). Em 2015 cerca de 8,8% (421.318) do total de matrículas eram crianças órfãs.

O Malávi ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CNUDC) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD). Essas duas convenções reforçam-se mutuamente na promoção das mudanças necessárias para garantir que as crianças portadoras de deficiência tenham a garantia dos mesmos direitos humanos, incluindo o direito humano à educação. No entanto, existe uma escassez de informações fiáveis sobre a prevalência e os tipos de deficiência em crianças e as necessidades de aprendizagem dessa população no Malávi. O Censo de 2008 de Habitação e População do Malávi estimou que a prevalência geral de incapacidade é de 2,4% entre as crianças e 3,8% na população geral. No entanto, a fiabilidade desta investigação foi limitada²³ e é necessário obter urgentemente dados para planear uma oferta de educação (e outros serviços) apropriada e acessível, e para levar a cabo uma advocacia para crianças portadoras de deficiências baseada em provas.

Foco da investigação: Embora a Política de Educação para Necessidades Educativas Especiais tenha sido desenvolvida em 2007, tem havido limitados esforços específicos para tornar o ambiente de aprendizagem inclusivo, bem como para aumentar a matrícula de alunos com Necessidades Educativas Especiais. No ano financeiro de 2016/17, o orçamento para a educação foi de 17,4% do orçamento nacional, enquanto ao subsector das NEE foi de 2,55%. Neste contexto, a CSEC concentrou-se em contribuir para aumentar o acesso à educação básica de alunos portadores de necessidades especiais, influenciando um aumento de 0,6% do orçamento nacional da educação atribuído às NEE até ao final de 2018. Uma das estratégias da CSEC para esse fim foi realizar um estudo destinado a explorar as modalidades de financiamento das NEE em consonância com as disposições da política da Educação em Necessidades Educativas Especiais de 2007.

Processo de investigação: O estudo foi encomendado externamente pela CSEC e financiado na totalidade pelo CSEF e envolveu a participação de organizações membro da coligação CSEC, incluindo a Associação de Membros com Deficiência Auditivo-Visual, o Sindicato dos Professores do Malávi e a *Malawi Union of the Blind* (União de Cegos do Malávi) para apresentação e validação dos dados gerados e das constatações. A investigação foi qualitativa e quantitativa, compreendendo uma extensa revisão de literatura, incluindo orçamentos nacionais de educação do ano fiscal de 2014/15 até à presente data. Estes dados foram complementados por entrevistas com pessoas-chave, discussões em grupo e visitas no terreno. Foi desenvolvida uma ferramenta de investigação quantitativa, usada para avaliar o estado dos elementos das NEE a nível da escola e a implementação no sistema de iniciativas de Educação para Necessidades Educativas Especiais. O estudo foi realizado nos quatro distritos de Mchinji, Kasungu, Chiradzulu e Nkhatabay e foi limitado aos níveis primário e secundário. Kasungu e Chiradzulu foram selecionados por terem instituições

²² Sistema de Gestão de Informação de Educação (EMIS) 2015.

²³ Tataryn, Myroslava et al. "Childhood Disability in Malawi: A Population Based Assessment Using the Key Informant Method." *BMC Pediatrics* 17 (2017): 198. *PMC*. Web. 16 de maio de 2018.

especializadas em ENEE, enquanto Mchinji e Nkhatabay são distritos onde a CSEC está a levar a cabo algumas intervenções em NEE.

Usar a investigação com vista à advocacia: As principais constatações e conclusões da investigação foram :

i) Falta de professores formados em Educação em NEE, falta de dispositivos de assistência e material de ensino e aprendizagem apropriado, avaliação e triagem inadequadas para identificação de dificuldades de aprendizagem, atitudes inadequadas para com as pessoas portadoras de deficiência, tanto por parte da comunidade, como dos professores e outros alunos.

ii) Modalidades Financeiras - A maior parte do financiamento para a Educação em NEE provém do governo através de assembleias distritais. Este financiamento está muito aquém das necessidades de uma Educação em NEE de qualidade. Do orçamento para a Educação em NEE no exercício de 2016/17, 0. 0 6% foi destinado a instituições de Educação em NEE como o Colégio Montfort e centros de recursos estabelecidos em algumas escolas primárias e secundárias , e 0. 38% foi alocado a todas as escolas primárias para a compra de materiais de ensino e aprendizagem. Embora alguns projetos e instituições de Educação em NEE sejam apoiadas por parceiros de desenvolvimento da sociedade civil, foi difícil quantificá-los, uma vez que as instituições beneficiárias não mantêm registos exatos.

iii) Uma opção para resolver a escassez de professores especializados no curto e longo prazo é converter uma Faculdade de Formação de Professores (TTC - Teacher Training College) numa faculdade especializada e também reintroduzir o programa, descontinuado, de Aprendizagem à distância de Montfort, visto que o programa provou ser rentável e eficiente em termos de tempo.

iv) A provisão de Centros de Recursos em todo o país vai levar tempo, mas pode ser conseguida através de um plano a longo prazo, com uma dotação anual para esse fim, e trabalho com os Parceiros para o Desenvolvimento que estão a fornecer infraestrutura às escolas de modo a incluir esses centros no pacote de apoio.

v) As organizações da sociedade civil devem desempenhar um papel mais importante na advocacia e nas campanhas para mudar as atitudes em relação às pessoas portadoras de deficiência.

Usando o relatório de investigação como base, a coligação elaborou um documento de posicionamento para envolver o Ministério da Educação e os membros do parlamento e outras partes interessadas na necessidade de aumentar o financiamento para o subsector, em resposta aos desafios identificados.

Resposta e influência emergente: As constatações da investigação contribuíram para influenciar um aumento da dotação orçamental para o sector da educação em 1,3%, passando de 17. 4% em 2016/17 para 18,7% no exercício de 2017/18. Além disso, o relatório foi utilizado para orientar o desenvolvimento da Estratégia de Educação Inclusiva, uma vez que as recomendações apresentadas no estudo foram fundamentais para a definição da estratégia. A principal recomendação foi a conversão de um TTC num instituto de formação de professores de Educação em NEE, que foi discutido em profundidade, com discussões ainda em andamento no nível ministerial. O relatório também foi utilizado noutras plataformas existentes (Grupo Local de Educação, Grupo de Trabalho Sectorial, Grupo de Trabalho Temático e outros fóruns de diálogo político) para partilhar as principais conclusões do estudo. O envolvimento dos media no relatório foi usado para chegar à sociedade em geral.

Lições aprendidas: Obter informações financeiras fiáveis / precisas de centros de custo sobre Necessidades Educativas Especiais é um desafio que tem implicações de governança e prestação de contas .

O dinheiro fala e a investigação fornece o poder de informação para gerar demanda pública para o aumento do financiamento interno para a educação em Serra Leoa

Criada em 1999, até ao final de 2017, a coligação Educação para Todos - Serra Leoa (EFA-SL) tornou-se uma forte coligação nacional com 56 membros de organizações da sociedade civil, agrupamentos profissionais, instituições de investigação em educação e outros atores entre os que exercem pressão

em Serra Leoa para a implementação de uma educação inclusiva e de qualidade para todos. A coligação tem sido apoiada por subvenções do CSEF desde 2009.

Enquadramento: Destroçada por uma guerra civil devastadora que durou uma década (1991-2002) e fortemente sobrecarregada depois pelos efeitos do surto de Ébola de 2013-2014, o sistema educativo na Serra Leoa tem seguido um lento caminho para a recuperação. Os primeiros nove anos de educação são gratuitos e obrigatórios - seis anos de ensino primário e três anos de ensino secundário - mas a aplicação desta lei é confrontada com desafios múltiplos devido à falta de instalações em consequência da guerra. A Serra Leoa continua a lutar com as difíceis tarefas de reconstrução de escolas, formação de professores e educação de crianças que nunca entraram numa sala de aula.

Antes da crise do Ébola, 50% das crianças em idade escolar não frequentavam a escola, um número surpreendente (21% em idade da escola primária, 6-11 anos; e 29% em idade da escola secundária, 12-17 anos)²⁴. Um dos fatores que influencia a que as crianças não frequentem a escola são os altos níveis de pobreza (Serra Leoa ocupa o lugar 181 de 188 no Índice de Desenvolvimento Humano), forçando as crianças a permanecer ou abandonar a escola para ajudar ao rendimento familiar, especialmente em famílias onde as crianças perderam os pais durante a guerra civil. Além disso, apesar de estar estipulado que a escolaridade obrigatória é gratuita, os custos associados a materiais escolares, uniformes e outros custos indiretos, como contribuições para programas de alimentação escolar, mantêm as crianças fora da escola. Com a falta de professores formados (40% dos professores primários não são formados), a escassez de livros didáticos, as salas de aula superlotadas e a pobre infraestrutura escolar e maus ambientes de aprendizagem, muitas famílias não valorizam os custos quando comparados com a baixa qualidade da educação dos seus filhos. Exploração e abuso físico e sexual, tráfico de crianças, casamento precoce e forçado, incapacidade, falta de habitação, envolvimento como criança-soldado e gravidez na adolescência são fatores adicionais que mantêm as crianças fora da escola, assim como as raparigas visivelmente grávidas serem banidas das escolas regulares e não são autorizadas a participar em exames públicos²⁵. Combinando esses desafios existentes, o surto do vírus Ébola fechou as escolas durante 10 meses e muitos alunos nunca voltaram novamente à escola²⁶. Para as raparigas, o encerramento das escolas durante 10 meses resultou num aumento da vulnerabilidade à agressão sexual, bem como na necessidade de “vender sexo” como um mecanismo de sobrevivência, e Serra Leoa viu um aumento acentuado nas taxas, já muito altas, de gravidez na adolescência²⁷.

Sendo alocado à educação apenas 11% por cento do orçamento nacional - e o sector da educação tendo uma média de apenas 3% do PIB entre 2000 e 2016²⁸, o investimento em educação e o ritmo de recuperação não são suficientes para as muitas crianças que *perdem* a educação.

Foco da investigação: A posição inicial da EFA-SL para a investigação foi o entendimento de que a Educação não é uma vitória rápida, pontual e a curto prazo, particularmente contra os desafios contextuais que o sistema de educação de Serra Leoa enfrenta. É um investimento a longo prazo que requer financiamento previsível, e este é um grande desafio em Serra Leoa, onde o governo toma decisões de investimento a curto e médio prazo, impulsionadas por Planos de Despesa a Médio Prazo (apoiados pelo FMI) e por exigências políticas de ciclos eleitorais. A coligação sustenta que estes enormes desafios educacionais que o país enfrenta precisam de soluções sistémicas e de financiamento sustentável - características que são identificadas de perto com a tributação. Assim, a

²⁴ Política de Educação e Centro de Dados (2014). Recolhido em

https://www.epdc.org/sites/default/files/documents/EPDC%20NEP_Sierra%20Leone.pdf

²⁵ A proibição foi declarada política governamental oficial em abril de 2015, pouco antes da reabertura das escolas após a crise do Ébola. Em maio de 2018, a proibição permanece em vigor, e Sierra Leone enfrenta um processo judiciário no tribunal da ECOWAS – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. Para informação ver, por exemplo: <https://reliefweb.int/report/sierra-leone/regional-court-judge-sierra-leone-schools-ban-pregnant-girls>

²⁶ Boisvert, K., *Case Study Report: Save the Children Sierra Leone* (2017). Education in Crisis and Conflict Network. 1. Recolhido em https://scholarworks.umass.edu/cie_eccn/1

²⁷ Denney, L., Gordon, R., Kamara, A., and Lebby, P. *Researching livelihoods and services affected by conflict: Change the context, not the girls: Improving efforts to reduce teenage pregnancy in Sierra Leone*, Report 11, Secure Livelihoods Research Consortium, ODI, London. Recolhido em: https://securelivelihoods.org/wp-content/uploads/RR11_Change-the-context-not-the-girls_Improving-efforts-to-reduce-teenage-pregnancy-in-Sierra-Leone.pdf

²⁸ Fonte: https://www.theglobaleconomy.com/Sierra-Leone/Education_spending/

coligação decidiu investigar o potencial da tributação para gerar receitas sustentáveis, de modo a melhorar os gastos públicos com a educação na Serra Leoa.

Processo de investigação: A EFA-SL encomendou este estudo, totalmente financiado pelo CSEF, em parceria com organizações membros da coligação e parceiros com conhecimento e capacidades temáticas relevantes (Fet Di Po - Sierra Leone, Knowledge for Community Empowerment Organization - KoCEPO, Tinap for Education, World Child Organization), que colaboraram no planeamento do estudo, forneceram entrevistadores para a recolha de dados e auxiliaram no processamento e análise de dados, bem como na revisão e comentários ao relatório de investigação. Outros parceiros da coligação apoiaram com o escrutínio sobre a qualidade da investigação (ActionAid Sierra Leone, UNICEF, Rede de Advocacia Orçamental - Budget Advocacy Network e Rede de Advocacia Orçamental da Área Oeste - Western Area Budget Advocacy Network). O estudo, que teve início em novembro de 2017 e foi concluído em fevereiro de 2018, usou um design de métodos mistos. Foram questionados os dados secundários provenientes do Governo de Serra Leoa, como o Plano do Sector da Educação, o Relatório do Censo e as Estimativas Orçamentais, para estabelecer ligações entre a tributação e o investimento na educação. Foram recolhidas informações qualitativas sobre questões específicas, relacionadas com desafios na administração tributária nacional, através de entrevistas minuciosas, inclusivamente com o Chefe da Unidade de Política Tributária do Ministério de Finanças e Desenvolvimento Económico e altos funcionários dos departamentos de Monitorização, Investigação e Planeamento e da Tributação Doméstica da Autoridade Tributária Nacional. Na análise também se inclui a estimativa da receita perdida como resultado de práticas tributárias prejudiciais e fracos quadros regulatórios de política interna e global.

Usar a investigação com vista à advocacia: Como a investigação era tecnicamente complexa, e não havia participação direta da comunidade nos processos de investigação, a coligação traduziu as constatações para formatos acessíveis de forma a envolver os seus membros e o público através de, por exemplo, debates por rádio e telefone em programas de televisão, e através de formação para membros OSC da coligação e membros da rede sobre financiamento e tributação da educação, que subsequentemente levaram as discussões para os seus círculos eleitorais.

Além disso, reconhecendo que a tributação, e a complexa dinâmica do poder com ela relacionada, é um debate delicado em Serra Leoa, a coligação envolveu-se com diferentes partes interessadas, incluindo o Ministério da Educação, a Autoridade Tributária do Ministério das Finanças e os Chefes de Escolas dos Conselhos Locais, alguns dos quais foram convidados como moderadores e oradores na rádio sobre temas específicos relacionados com a tributação e educação. Esta estratégia ajudou a criar um ambiente propício para um debate público mais amplo e uma sensibilização sobre as fontes de receita e as lacunas no financiamento da educação no país. Ao mesmo tempo, a coligação aproveitou a oportunidade da campanha presidencial então vigente para apresentar as conclusões do estudo e defender a geração de receita para a educação através da tributação junto do partido da oposição na época - o Partido Popular de Serra Leoa (SLPP).

Resposta e influência emergente: Os debates públicos, especialmente aqueles feitos na rádio, chamaram a atenção das autoridades, particularmente quando aumentou a atenção dos media e o envolvimento público. O SLPP foi posteriormente eleito, em abril de 2018, e a coligação localizou provas de que a criação de receita é o "mantra" chave do SLPP para concretizar a promessa de campanha de uma educação primária e secundária gratuita. A primeira ordem executiva do novo presidente ao assumir o poder foi proclamar um sistema de Conta Única do Tesouro (STA) para facilitar e consolidar a melhoria da geração de receita nacional (Decreto nº 1: 9 de abril de 2018). Além disso, no seu Discurso Presidencial no Parlamento em 10 de maio de 2018, o Presidente Julius Maada Bio comprometeu-se a aumentar e sustentar uma dotação orçamental de 20% para a educação.

Lições aprendidas: A coligação identificou que:

- A investigação não só foi **oportuna**, apresentando informações atualizadas no período que antecedeu as eleições nacionais, mas também se **baseou na realidade** e forneceu soluções práticas, viáveis e económicas para um enorme desafio nacional.

- **Intensos esforços de advocacia**, especialmente através de estruturas comunitárias e do uso dos mass media (rádio e TV) nos períodos de pico atraíram não apenas a atenção dos decisores políticos e dos partidos políticos, mas também fizeram aumentar as exigências e participação dos cidadãos nos debates políticos e educacionais.
- Para o estudo ser **credível e pertencer às partes interessadas**, a coligação teve que garantir a inclusão extensiva de membros no planeamento, implementação e crítica dos processos de investigação.

Impulsionar parcerias para envolver de forma eficaz os decisores políticos na Indonésia

A coligação NEW Indonesia foi formalmente estabelecida em 2010, ano em que a coligação obteve pela primeira vez subvenções de apoio do CSEF.²⁹ Sendo uma coligação com 40 organizações membro, a NEW Indonesia concentra os seus esforços em influenciar a política nacional de alocação de recursos orçamentais para a educação, assim como em fazer lobby junto ao Tribunal Constitucional para garantir a educação obrigatória de 12 anos. A NEW Indonesia também promove a disponibilização de escolas próximo de comunidades marginalizadas que vivem em áreas remotas, bem como infraestrutura adequada e acesso equitativo à educação não formal.

Enquadramento: em 2016, a Indonésia alocou à educação 20% do orçamento nacional total. No entanto, o valor de 20% é inferior a 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, mais de 75% desses 20% destinam-se a salários e custos recorrentes, e os restantes (e limitados) 25% dos 20% destinam-se a melhorar a qualidade da educação através da formação de professores, construção de infraestruturas escolares e ajuda às escolas, como subsídios para operações escolares (chamadas Bantuan Operasional Siswa - BOS) e bolsas de estudo para estudantes. Além disso, a Lei de Constituição Nacional de 1945 define que o Estado tem a obrigação de garantir o acesso à educação a todos os cidadãos, mas não especifica o nível de educação garantido. No entanto, a Lei nº 20 de 2003, em referência ao Sistema Nacional de Educação, garante aos cidadãos uma educação obrigatória de *nove anos* ou educação não formal equivalente.

O ciclo de nove anos é moldado pela alocação orçamental, e as políticas de educação que existem bem como o orçamento centram-se mais na educação formal nos níveis primário e secundário. Além disso, o Tribunal Constitucional só pode autorizar - mas não obrigar - o governo (central e local) a implementar a escolaridade obrigatória de 12 anos, uma vez que o Tribunal inclui também a capacidade fiscal do governo. Membros da NEW Indonesia tentaram apresentar provas suficientes para fazer lobby junto ao Tribunal Constitucional de forma a que este promulgasse a educação obrigatória de 12 anos na Lei do Sistema Nacional de Educação, para que fossem feitas mudanças estruturais, e os governos local e central fossem legalmente obrigados a implementar o ciclo de aprendizagem de 12 anos, em linha com os compromissos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4.

Foco da investigação: Para obter informação base para esta agenda de defesa, a coligação realizou uma revisão de 20 alocações orçamentais para a educação a nível distrital³⁰, com o objetivo de examinar a parcela e o tamanho do orçamento para necessidades educativas específicas, como alocações para infraestrutura escolar, formação de professores, desenvolvimento e salários, educação não formal e comparação de alocações em escolas públicas e privadas. A investigação, que foi realizada ao longo de seis meses, de maio a outubro de 2016 e totalmente financiada pelo CSEF, foi complementada por uma revisão da política nacional e dos quadros legislativos relevantes para o ensino obrigatório

²⁹ Apesar de não ser um país parceiro da PGE, a Indonésia é elegível para obter apoio do CSEF de acordo com a lista de países aprovados na proposta CSEF 2016-2018.

³⁰ Os 20 distritos são: Aceh Besar, Kota Pekalongan, Kota Banda Aceh, Gunung Kidul, Serdang Bedagai, Bojonegoro, Bengkulu, Kota Malang, Kota Palembang, Mempawah, Bandung, Maros, Sukabumi, Jembrana, Kota Sukabumi, Lombok Timur, Cilacap, Kupang, Kebumen, Kota Pare-Pare.

Processo de investigação: A coligação adotou uma abordagem horizontal e centrada na parceria para a investigação, envolvendo organizações da sociedade civil (OSC) membros da coligação e académicos, bem como representação governamental, especialmente do Ministério da Educação (ME) e órgãos regionais de planeamento e desenvolvimento (chamado Badan Perencana Pembangunan Daerah - BAPPEDA). As OSC e instituições académicas colaboraram nos processos de design da investigação e de análise de dados, enquanto o Ministério da Educação e o BAPPEDA contribuíram para os processos de recolha de dados - particularmente fornecendo acesso a dados orçamentais. Depois da análise de dados, a coligação facilitou discussões de grupos de interesse (DGI) com as partes interessadas da educação (ME local e central, escolas e professores e outras ONG que trabalham no sector) para verificar as informações e confirmar as constatações.

Usar a investigação com vista à advocacia: Os resultados da investigação informaram o desenvolvimento de um resumo de políticas que foi partilhado com comissões parlamentares de educação, o Conselho Executivo Nacional do Governo, o Ministério da Educação e o Ministério de Assuntos Religiosos, todos os membros da coligação a nível nacional, provincial, distrital e de base, outros defensores de ONG de educação e os media, através de uma série de intervenções presenciais e fóruns públicos. As atividades de sensibilização pública incluíram uma conferência de imprensa depois de a coligação se ter envolvido cara a cara com um editor de mass media para garantir interesse, e houve ainda comunicação das principais constatações e das suas implicações através de um talk show na rádio, notícias online e redes sociais.

Resposta e influência emergente: O envolvimento com duas comissões parlamentares (Comissão 10 sobre Educação e Comissão 8 sobre Educação Islâmica), bem como com parlamentares a nível local e distrital, provou ser particularmente frutífero: os resultados da investigação causaram alarme entre os parlamentares - que afirmaram que não tinham conhecimento prévio da extensão dos múltiplos desafios, especialmente no que toca ao apoio regulatório a nível local e às alocações orçamentais para apoiar compromissos nacionais de 12 anos de educação obrigatória. Posteriormente, durante as audiências parlamentares em 2017 em que estiveram presentes os Ministros da Educação, os membros do Parlamento fizeram perguntas relevantes que confirmaram a análise da NEW Indonesia de que, a nível nacional, não há o poder para obrigar o governo local a implementar a política nacional de 12 anos de escolaridade obrigatória. Como resultado, a NEW Indonesia ganhou força na legitimação da sua advocacia dirigida aos governos provinciais e distritais.

Além disso, a investigação e a advocacia da NEW Indonesia contribuíram para influenciar um ganho político que pode permitir que mais estudantes concluam a sua educação de 12 anos: O Ministério da Educação e Cultura assinou o Regulamento 17 de 2017 que impõe pelo menos uma quota de 20% para matrícula de grupos marginalizados e vulneráveis, e algumas *regências* (subdivisões políticas de uma província na Indonésia) já começaram a implementar essa quota (Jacarta, Banten, Java Central e Celebes do Sul). O Celebes do Sul foi mais longe na garantia da implementação de 12 anos de escolaridade obrigatória através da promulgação do Regulamento Regional Nº 2 de 2017.

Lições aprendidas: A coligação observou os seguintes aspetos como fatores determinantes para o sucesso:

- O processo de **parceria, juntamente com o aprofundar de relações existentes com a elite política**, ajudou a melhorar a aceitação da investigação. A coligação ganhou acesso aos decisores políticos ao longo do tempo; num primeiro tempo, através de protocolos administrativos formais e depois através do desenvolvimento de relações presenciais com os decisores específicos.
- A advocacia baseada em provas precisa de **demonstrar o impacto de uma política governamental** não apenas sobre uma prioridade específica da educação (como acesso e inclusão), mas também sobre o desenvolvimento do país de forma mais ampla.
- Os resultados da investigação precisam de ser **apresentados e comunicados em vários formatos**, adaptados a cada público, levando-se em conta as necessidades de informação dos decisores políticos (conteúdo e formato).

O que fazer com a Magna Carta para os professores de escolas públicas depois de 50 anos (1966-2016) de implementação nas Filipinas?

A Civil Society Network for Education Reforms (Rede da Sociedade Civil para Reformas Educativas: E-Net) foi criada nas Filipinas em 2000 e a coligação tinha 88 membros da sociedade civil até ao final de 2017. A E-Net é uma das mais 'jovens' beneficiárias das subvenções do CSEF, que começou em Março de 2016. Esta extensa análise sumativa teve início em julho de 2016 e foi finalizada em outubro de 2017.

Enquadramento: Quase 10% dos estimados 39 milhões de filipinos com idade entre os 6 e os 24 anos são crianças e jovens que não frequentam a escola (OSCY)³¹. O financiamento da educação é um fator crítico, e os gastos governamentais em educação foram apenas 2,5% do PIB na última década, bem abaixo da média regional da Ásia Oriental de 3,6% do PIB e da média do Sul da Ásia de 3,8%³². Neste contexto, a coligação E-Net colocou um enfoque estratégico na advocacia de um aumento do financiamento interno para a educação, a fim de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem e contribuir significativamente para atrair e reter professores qualificados, crianças e jovens (de volta) no sistema de educação pública.

Foco da investigação: Na última década, as Filipinas enfrentaram cada vez mais uma crise de recrutamento e retenção de professores qualificados, devido à alta proporção professor-aluno (1:45 no ano letivo de 2016/2017 no nível elementar), salários escassos, condições de trabalho insatisfatórias, pouco apoio ao professor e pouco crescimento profissional³³. Assim, a coligação levou a cabo uma análise sobre a medida em que as disposições da lei especial para professores - RA 4670 - conhecida nacionalmente como a "Magna Carta para os professores de escolas públicas", continuam a ser implementadas desde que foi legislada há meio século atrás, em 18 de junho de 1966.

A justificação para esse exercício de avaliação tinha duas vertentes: primeiro, ter uma melhor compreensão do estado das condições de ensino em relação às provisões da Magna Carta e, em segundo lugar, usar a oportunidade desta revisão para garantir que o corpo docente tenha uma compreensão clara dos seus direitos e responsabilidades, conforme determinado na Magna Carta.

Processo de investigação: A E-Net realizou a revisão em consulta com as organizações de professores membros da coligação e os seus membros³⁴. Consultas e Discussões em Grupo Focal (com a participação de professores da Região da Capital Nacional (NCR), Central Luzon (CL) e membros do Conselho Nacional de organizações participantes) foram realizadas entre julho e novembro de 2016, período após o qual a coligação analisou os dados e completou a validação dos resultados com os membros (*mencionados na nota de rodapé 34*) até outubro de 2017. Todos os processos de revisão foram totalmente financiados pelo CSEF.

Usar a investigação com vista à advocacia: A revisão constatou que muitas das trinta e seis (36) disposições legislativas da Magna Carta, destinadas a proteger os direitos e benefícios profissionais dos professores, permaneceram, cinquenta anos depois, sem implementação, indevidamente

³¹ Inquérito Nacional Anual 2016 a Indicadores de Pobreza (APIS). Neste relatório, a OSCY refere-se a membros do agregado familiar entre 6 e 14 anos que não frequentam a escolar formal; e membros do agregado familiar entre os 15 e os 24 anos que atualmente não frequentam a escola, não têm um emprego remunerado, e não terminaram um curso superior ou um curso pós secundário.

³² Base de Dados online do Institute de Estatísticas da UNESCO e do Banco Mundial.

³³ Ver, por exemplo, o artigo da Internacional de Educação sobre o desafio salarial para os professores no país: <https://ei-ie.org/en/detail/15229/the-philippines-education-union-mobilises-against-low-pay>, ou um artigo nas notícias locais sobre o mesmo tema, de 2010: <http://bulatlat.com/main/2010/10/09/filipino-educators-demand-for-just-compensation-humane-working-conditions-on-world-teachers-day/>, ou um artigo de 2014 no Manila Times sobre salas de aula sobrelotadas: <http://www.manilatimes.net/too-many-students-too-few-classrooms/101219/> reportado como um problema existente ainda em 2017: <https://www.philstar.com/the-freeman/cebu-news/2017/05/15/1700464/classrooms-shortage-still-problem>, bem como um artigo nas notícias locais sobre a razão pela qual os professores filipinos são atraídos para lecionar no estrangeiro: <https://www.rappler.com/business/economy-watch/27642-pinoy-teachers-earn-less-than-us-counterparts>.

³⁴ Action and Solidarity for the Empowerment of Teachers (ASSERT); Public Services Labour Independent Confederation (PSLINK); Samahang Manggagawang Pilipino – National Alliance of Teachers and Office Workers (SMP-NATOW); Teachers' Dignity Coalition (TDC), e; Teachers & Employees Associations for Change and Education Reforms, Inc.(TEACHERS, Inc.). São todas organizações e sindicatos nacionais de professores.

implementadas ou sub-implementadas e que a maioria das disposições desta lei têm sido consistentemente desinvestidas ou subfinanciadas entre 1966 e 2016.

Além disso, identificou que todas as disposições progressistas da Magna Carta, como licença paga para fins de estudo, se tornaram objeto de emissões arbitrárias e confiscatórias, restringindo e / ou abolindo ganhos previamente obtidos relacionados com os direitos dos professores à liberdade acadêmica e proteção legal garantida pela Magna Carta e outras leis existentes, como os direitos dos professores na Lei de Educação de 1982 (Batas Pambansa 232) e a Declaração de Direitos da Constituição Filipina.

Os processos envolvidos na condução da revisão contribuíram para mobilizar os professores a investigar como os seus direitos foram violados e a expressar as suas preocupações por meio de vários documentos de posição apresentados aos legisladores e ao Departamento de Educação. Além disso, em outubro de 2017, a E-Net preparou um documento de política, com base nas conclusões da análise, que foi apresentado ao governo, instando o Departamento de Educação, principal órgão implementador da Magna Carta (conforme mandatado na Seção 30), a rever a implementação da Magna Carta consultando os sindicatos e organizações de professores. O documento de política também pede ao Departamento de Educação que lance uma campanha nacional de informação sobre as provisões da Magna Carta.

O envolvimento dos professores neste processo contribuiu ainda para uma maior exigência por parte das associações de professores para assegurar a responsabilização pela implementação do ODS 4. Além disso, contribuiu para uma campanha amplamente apoiada e informada para responsabilizar o Presidente filipino pela sua promessa presidencial de aumentar os salários dos professores.

Resposta e influência emergente: Já estão a surgir resultados positivos: algumas disposições da Magna Carta para Professores de Escolas Públicas, tais como desenvolvimento profissional contínuo dos professores, pagamento de horas extras e subsídios para dificuldades e, em algumas áreas, adesão às 6 horas obrigatórias de ensino, estão a ser legalmente implementadas. Em outubro de 2017, a secretária para a Educação Leonor Briones emitiu uma diretiva permitindo que os escritórios regionais começassem a computar e processar o subsídio especial de dificuldades (SHA) de cerca de 61.000 professores qualificados de escolas públicas em todo o país³⁵. O governo também aumentou a alocação do orçamento nacional de educação para novos cargos de docência. O Departamento de Orçamento e Gestão (DBM) aprovou a criação de 75.242 posições de docência para o ano letivo de 2018-2019³⁶.

Lições aprendidas: Através dos processos acima, a Coligação aprendeu que:

- **Envolver as principais partes interessadas** que a investigação mais afeta (neste caso, os professores) é um **processo prolongado** devido aos exigentes horários de ensino e prioridades dos professores, que precisam de ser tidas em conta, e a consultas organizadas em alinhamento com o calendário académico.
- Unir todas as organizações de professores em torno de um objetivo comum é um processo complexo, sensível e politizado, tendo como pano de fundo o contexto histórico-político do país. Realizar uma série de **atividades de capacitação** ao longo do tempo para construir um entendimento comum e um consenso é uma **parte crucial do processo** de envolver os cidadãos em abordagens de responsabilização social para a defesa da educação.

Garantir o **envolvimento** das principais partes interessadas **em todos os aspectos da advocacia** - desde a investigação, planeamento até campanhas reais, torna-as mais ativas e comprometidas em participar nas atividades de advocacia, tal como em diálogos sobre políticas e trabalho de lobby. São **capazes de se apropriar da advocacia**, porque estão totalmente envolvidas no processo, especialmente no processo de identificar e fazer ouvir a sua voz em **questões importantes para si próprias**.

³⁵ Ver por exemplo; <https://www.philstar.com/headlines/2017/10/20/1750984/61000-teachers-receive-special-hardship-allowance#X0xeUhbsPVSz9Is.99>

³⁶ Para mais informação, ver: <https://www.dbm.gov.ph/index.php/secretary-s-corner/press-releases/list-of-press-releases/787-dbm-approves-creation-of-75-242-new-teaching-positions>

Implementação da educação inclusiva na Moldávia - há um longo caminho a percorrer

A coligação APSCF (Aliança de ONG Ativas no campo da Proteção Social da Criança e da Família) na Moldávia foi registrada em 2002 e conta com um total de 86 organizações da sociedade civil. APSCF tem sido apoiado por subvenções do CSEF desde janeiro de 2014. O foco da investigação foi a implementação da educação inclusiva. A investigação foi realizada durante 2016-2017 e foi totalmente financiada pelo CSEF.

Enquadramento: A República da Moldávia herdou o modelo soviético de um sistema educacional segregado que inclui escolas regulares, escolas auxiliares e escolas especiais, sem quaisquer mecanismos de avaliação adequada dos ganhos dos alunos. O antigo sistema educacional estava focado no 'modelo médico' do tratamento da incapacidade, segundo o qual qualquer criança que não pudesse cumprir os critérios de elegibilidade da escola regular era considerada um 'problema' e enviada para uma escola auxiliar ou escola especial. A ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança pela República (1993) levou ao reconhecimento do valor das crianças que precisam de ser protegidas, educadas e sustentadas. Isso originou mudanças e novas possibilidades para as crianças que vivem na Moldávia.

Nos últimos cinco anos, o sistema de educação da Moldávia passou por vários processos de reestruturação, que incluíram a) otimização de unidades educacionais, b) desinstitucionalização c) desenvolvimento e implementação da Política de Educação Inclusiva. A desinstitucionalização e a educação inclusiva são processos interdependentes e perseguem o objetivo de garantir o direito de todas as crianças à educação - como garantido pela Constituição da República da Moldávia. O processo de desinstitucionalização começou em 2007 como resultado da aprovação da Estratégia Nacional e do Plano de Ação sobre a reforma do sistema residencial de cuidados dispensados às crianças para os anos de 2007-2012 (Decisão do Governo No. 784). Em linha com o processo de desinstitucionalização, o Governo iniciou o desenvolvimento e implementação de políticas de educação inclusiva a nível nacional. Neste contexto, foi aprovado o Programa para o Desenvolvimento da Educação Inclusiva na República da Moldávia para 2011-2020. Este estipula que todas as crianças da República têm o direito de se matricular na escola mais próxima da sua casa e de beneficiar de serviços educativos especializados, se necessário, com base numa avaliação complexa. Os serviços educativos especializados incluem: terapia da fala, psicólogo, apoio pedagógico, Centro de Recursos para a educação inclusiva, etc. O processo de educação inclusiva é apoiado pelos Serviços de Assistência Psicopedagógicas (PAS), cada um com 8 a 10 especialistas em cada campo que são responsáveis por avaliar as necessidades educacionais das crianças e auxiliar no processo de inclusão na escola. A nível nacional foi criado o Centro Republicano de Assistência Psicopedagógica (RCPA) para fornecer apoio metodológico ao PAS na inclusão educacional de todas as crianças.

O principal trabalho de advocacia da coligação é dirigido para: 1) o envolvimento da sociedade civil local no planeamento e monitorização das políticas públicas e na mobilização das comunidades locais para uma educação inclusiva reforçada na Moldávia; 2) reforçar os processos de reforma e orçamentação participativos, baseados em provas e baseados nos direitos humanos, relacionados com a educação inclusiva na Moldávia; e 3) melhorar a qualidade das capacidades e práticas de ensino nas escolas e jardins de infância na Moldávia, para que as escolas se tornem mais acessíveis para as crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Foco da investigação: O objetivo da investigação foi avaliar as percepções de diferentes partes interessadas sobre o progresso da implementação da educação inclusiva, a fim de identificar práticas positivas, lições aprendidas e desafios para o desenvolvimento e implementação de políticas baseadas na educação inclusiva na República da Moldávia.

Processo de investigação: O estudo foi encomendado pela APSCF, e foram contratados dois consultores externos para desenvolver todo o estudo, incluindo a recolha de dados, elaboração de relatórios, etc. A coligação fez parceria com a Associação AO *Keystone Human Services International Moldova* cujo principal foco é em pessoas portadoras de deficiência. Os métodos de investigação aplicados incluíram entrevistas estruturadas, inquéritos, grupos focais e análise de dados estatísticos. A investigação foi realizada em 20 escolas, incluindo 10 escolas piloto, anteriormente

apoiadas por ONG na implementação da educação inclusiva, e 10 escolas com características semelhantes às escolas piloto (cidade, tipo de escola, número de crianças), mas que não beneficiaram de apoio de ONG. As escolas foram selecionadas entre as três áreas geográficas (Norte, Centro e Sul). 40% das escolas eram urbanas e 60% rurais.

No total, foram entrevistados 400 alunos (200 alunos com NEE e 200 alunos sem NEE), 100 educadores, 15 diretores de escolas e 15 diretores do serviço de apoio pedagógico (SAP). Foram organizados 10 grupos focais com 100 pessoas (com professores, alunos sem NEE, pais de alunos com e sem NEE, equipas multidisciplinares e serviços de apoio na escola). O RCPA (Centro Republicano de Assistência Psicopedagógica) forneceu dados estatísticos sobre educação inclusiva e foram analisados os resultados da investigação do RCPA sobre acessibilidade.

Usar a investigação com vista à advocacia: A investigação descobriu que ainda existem muitas dificuldades e barreiras na implementação da educação inclusiva. A investigação foi usada para o desenvolvimento de materiais de advocacia, tais como declarações de posição dirigidas às partes interessadas³⁷, informação gráfica e campanhas nos media. No final de 2017 e no início de 2018, a APSCF começou a abordar as autoridades de forma mais sistemática, referindo-se às principais recomendações do estudo de base. A investigação foi amplamente divulgada da seguinte forma:

- A nível nacional, durante eventos como uma conferência realizada com 150 professores de toda a Moldávia; reuniões com professores de universidades; assessoria de imprensa desenvolvida pela APSCF; Civic Fest, que é o principal evento que reúne organizações da sociedade civil; e outros.
- Junto de representantes do Ministério da Educação, Cultura e Investigação; alguns exemplares foram oferecidos ao RCPA ; nos PAS de 35 distritos; junto de pais de crianças com NEE e a membros da APSCF

Resposta e influência emergente: O estudo de base foi amplamente divulgado nas redes sociais, media online e off-line. A nível internacional, o estudo foi apresentado como resumo numa publicação durante a Conferência Científica Internacional DARE - Investigação, Aprendizagem, Ensino e Apoio ao Aluno, organizada a 20 e 21 de novembro de 2017, em Tbilisi.

Lições aprendidas: As investigações e as partes analíticas são muito importantes para o trabalho de advocacia pois podem ser usadas para abordar as partes interessadas, atores relevantes no sector, bem como para **obter o envolvimento dos cidadãos nos argumentos / fatos baseados em provas**. Por detrás de uma campanha de advocacia eficaz, há mensagens fortes baseadas nos factos dos dados recolhidos e nos resultados da investigação.

Disparidades de paz e conflito - necessidades diferentes, custos diferentes - a realidade de se alcançar uma educação de qualidade para todos no Sudão

A Coligação do Sudão para a Educação para Todos (SCEFA) foi criada em 2003 e registada oficialmente em 2005. Atualmente conta com 67 organizações e tem recebido subvenções do CSEF desde dezembro de 2011.

Enquadramento e foco da investigação: Embora tenha havido um aumento substancial na matrícula na escola primária após a assinatura do Acordo de Paz Global em janeiro de 2005, houve disparidades significativas entre estados nas taxas de acesso, absorção, retenção e conclusão em todas as fases da educação básica. Por exemplo, o estado de Kassala - onde prevalecem conflitos e instabilidades sustentadas e altos níveis de pobreza - não beneficiou dos desenvolvimentos feitos no sector noutros estados, como no estado do Rio Nilo - que é uma área de paz. Este estudo comparativo investigou o impacto dos custos da educação e das despesas reais em Kassala e nos estados do Nilo, escolhidos

³⁷ Ver: http://www.aliantacf.md/sites/aliantacf/files/APSCF_promovarea-educatiei-incluzive_0.pdf

especificamente devido às suas diferentes situações de conflito e paz. O estudo foi encomendado externamente pela SCEFA e foi totalmente financiado pelo CSEF. A investigação começou em junho de 2016 e foi concluída em maio de 2017. Os dados foram recolhidos em vários departamentos do governo, como a Direção Geral de Orçamento do Ministério de Finanças e Planeamento Económico, e a investigação primária foi desenvolvida com a direção de escolas primárias e secundárias, representantes de conselhos escolares ou conselhos de pais, representantes das universidades e funcionários do governo. Foram realizadas em cada estado discussões em grupos focais com os pais.

Usar a investigação com vista à advocacia e influência emergente: As constatações do estudo foram disseminadas através de atividades dos membros do SCEFA, envolvimento dos mass media, outros parceiros incluindo organizações internacionais, universidades, sociedades de jovens e de mulheres, o Ministério Federal de Educação Pública e os Ministérios da Educação nos dois estados. As conclusões da investigação foram bem recebidas pelo governo para apoiar um melhor (equitativo) planeamento para o desenvolvimento da educação, para garantir os direitos de todas as crianças, para melhorar a qualidade da educação e o ambiente escolar geral, e para fortalecer o papel dos pais na gestão escolar. O governo sugeriu que o mesmo estudo fosse implementado em diferentes estados do Sudão. Os dois Ministérios da Educação em Kassala e no Rio Nilo, onde o estudo foi conduzido, foram influenciados a aumentar o orçamento para a educação em 2%.

Lições aprendidas: As **informações baseadas em factos** fornecidas pelo resultado do estudo deram **maior credibilidade** às contribuições da SCEFA em programas de advocacia e sensibilização pública. A coligação reconheceu a importância de pesquisar factos para apoiar o trabalho de campanha e advocacia para a educação gratuita, particularmente durante os fóruns / reuniões do conselho de deputados, e para fortalecer o relacionamento com outras partes interessadas da educação, comunidades e governo.

Direito à Educação na Bolívia

A Campaña Boliviana por el Derecho a la Educación (CBDE)³⁸ foi criada em 2000 e cresceu tornando-se uma rede de 96 ativistas, agentes e partes interessadas pelos direitos da educação (incluindo académicos, organizações da sociedade civil representando diversos grupos marginalizados, associações de pais e de estudantes e ONG internacionais). A coligação é apoiada pelo CSEF desde 2009.

A CBDE concentra o seu trabalho de advocacia na promoção e lobby pelo direito humano à educação, elaborando propostas abrangentes de educação, monitorizando e exigindo responsabilidade social para o cumprimento das regulamentações educacionais, influenciando políticas públicas por meio de sinergias institucionais e mobilização social no Estado Plurinacional da Bolívia. A coligação conquistou reconhecimento em consequência das suas parcerias com académicos e pelo seu rigor, particularmente no contexto da procura, pela CBDE, de uma "educação autenticamente emancipatória".

Foco e processos de investigação: Contribuindo para essa missão, a CBDE encomendou a Marcelo Maldonado, formado em ciências políticas da Universidade Mayor de San Simón, a investigação e a documentação de arquivos históricos e memória de lutas e conquistas sociais pelo direito humano à educação de qualidade, inclusiva e emancipativa. A investigação foi realizada ao longo de dez meses, de junho de 2017 a abril de 2018, com financiamento total do CSEF e sob os auspícios de um comité de monitorização de investigação da CBDE. A investigação propôs-se descobrir e aprender com algumas memórias da sociedade civil, antes não documentadas, sobre a *pedagogia libertária* adotada durante a década de 1940 no Planalto³⁹. No entanto, uma vez iniciada a investigação, apercebeu-se a

³⁸ Tradução em português: Campanha Boliviana pelo Direito à Educação.

³⁹ O 'Altiplano' (termo espanhol para "planalto"), também conhecido como o 'Planalto Andino' ou 'Planalto Boliviano', na zona centro oeste da América do Sul, é a zona onde os Andes são mais largos. É a maior área de Planalto na terra, logo depois

relevância de aprender com a história o modo como a sociedade civil tem sido, desde há muito tempo, uma forte protagonista da sua própria gestão educacional.

O autor reconstrói a experiência de autogestão escolar realizada por grupos de indígenas ligados aos sindicatos anarquistas de La Paz, sindicatos que propagaram militantemente ideias libertárias na área rural do Altiplano, na Bolívia. Na década de 1940, a Federação Agrária Departamental (FAD), ligada à Federação de Trabalhadores Locais, promoveu a organização, construção e gestão de 51 escolas. Essas eram escolas que serviam como espaços de educação e sindicalização, a partir das quais os povos indígenas fortaleciam o seu longo processo de libertação do sistema de quintas e das suas heranças coloniais. A investigação, que foi publicada num livro sobre pedagogia libertária ⁴⁰, documenta assim um projeto educacional liderado pela sociedade civil que conquistou com sucesso o direito à educação, juntamente com uma longa memória de resistência dos sectores indígenas da Bolívia.

A reconstituição realizada pelo autor neste livro não é apenas um “resgate valioso de uma experiência esquecida”, mas também uma homenagem ao projeto inacabado de uma educação escolar livre dos defeitos liberais e autoritários do passado. As experiências pedagógicas libertárias encontradas no Planalto de La Paz foram possíveis, não apenas pela capacidade de estruturar alianças com o movimento indígena, mas também porque não havia Estado na região e as elites agrícolas não estavam interessadas em promover a educação indígena. No entanto, as memórias encontradas neste livro não se limitam a um exercício de reconstituição histórica, elas também ajudam a decifrar de que modo os projetos educacionais são desenvolvidos nas margens da educação formal e da escolaridade e de como a longa memória das lutas sociais pelo direito à educação influenciou e continua a influenciar as iniciativas educacionais de autogestão. Para a CBDE, esses marcos históricos proporcionaram uma oportunidade para a coligação aprender - com as experiências da sociedade civil do passado - como continuar a construir um novo paradigma de educação enquanto mecanismo transformador para garantir os direitos humanos no Estado Plurinacional da Bolívia.

Usar a investigação com vista à advocacia e influência emergente: A publicação foi apresentada publicamente na cidade de Sucre em julho de 2017. Foi recebida como uma importante contribuição para investigações futuras e a iniciativa foi reconhecida como reconstituição da memória histórica das lutas indígenas pelo direito à educação em processos históricos de repressão e violência. A investigação e a publicação foram também apresentadas em diferentes espaços académicos e educacionais, e foram amplamente partilhadas no site da CBDE, em plataformas de redes sociais e foram promovidas por outras fontes externas online.

Lições aprendidas: Um desafio importante que a coligação enfrentou foi o de manter o bom relacionamento que a CBDE conquistou com os media, a fim de continuar a ter cobertura das suas atividades. Este aspeto foi identificado como um desafio devido à tendência dos mass media de dar prioridade a questões políticas, colocando as questões sociais (incluindo educacionais) de forma pouco visível na sua agenda. No entanto, a **estratégia de comunicação** desenvolvida pela CBDE, que consiste em **contar com uma equipa de aliados de vários media** que dialogam com a coligação, possibilitou que as questões levantadas na publicação fossem colocadas na agenda pública. Por sua vez, isto ajudou a elevar a CBDE à categoria de fonte de informações para os media e o público em geral.

Mantendo separadores paralelos na formulação do Plano do Sector da Educação nas Honduras

A Foro Dakar-Honduras (FDH) é uma coligação nacional de educação que inclui 24 organizações da sociedade civil e que atua como um espaço para reflexão, análise e desenvolvimento de propostas para monitorizar o progresso da política pública de educação, promovendo o direito humano à Educação. O Foro tem subvenções CSEF desde julho de 2013.

do Tibete. A maior parte do Planalto fica na Bolívia, mas a parte a Norte fica no Peru e a parte a Sul fica no Chile e na Argentina. O planalto tem várias cidades destas quatro nações, incluindo El Alto, La Paz, Oruro, e Puno.

⁴⁰ A publicação completa (em espanhol), com o título “Esbozos de pedagogia libertaria en el altiplano” está acessível na página Web da CBDE em: <http://campanaderechoeducacion.org.bo/images/publicaciones/Esbozos%20de%20pedagoga.pdf>

Enquadramento: Desde 2006 a FDH tem-se posicionado como uma organização proactiva, que elabora documentos escritos para submeter à consideração do governo das Honduras no sentido de fortalecer o Sistema Nacional de Educação Pública por meio de: 1) uma proposta escrita sobre a Nova Lei da Educação Pública 2) uma proposta escrita sobre a política pública de educação. Os dois documentos foram entregues ao Forum Nacional de Convergência (FONAC), uma plataforma encarregue pelo governo das Honduras de canalizar as propostas da sociedade civil, na altura.

Em 2012, o Congresso Nacional aprovou a lei, depois de um longo processo de sensibilização junto da sociedade e do público. A lei é agora conhecida como "Lei Fundamental da Educação". Apesar desta lei, a educação pública nas Honduras continua a enfrentar sérias dificuldades, incluindo uma redução no orçamento (6,28% do PIB em 2010, para 4,9% em 2017)⁴¹. Houve uma redução na contratação de professores - desde 2010 não foram criadas novas vagas para docentes. Além disso, não há informação disponível sobre a formação de professores para os níveis de ensino pré-escolar e ensino básico, nem qualquer menção oficial às prioridades educacionais dentro do Plano do Governo (Agenda 2030). A baixa qualidade da educação revela-se no facto de apenas 70%⁴² dos estudantes passaram no exame de admissão à Universidade Nacional Pública das Honduras (UNAH), levando à exclusão e abrindo as portas para a educação privada nos níveis primário e secundário, onde os alunos recebem uma melhor educação do que os estudantes de escolas públicas e onde são preparados para o acesso ao ensino superior. Tal facto também promoveu o crescimento do ensino superior privado, onde não há exames de admissão.

Foco da investigação: O objetivo da investigação foi o de documentar o progresso do país no cumprimento dos compromissos assumidos ao assinar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, usando como parâmetro o ODS 4 e as suas 10 metas, e enfatizando o progresso na preparação do Plano Estratégico do Sector da Educação para 2018-2030. Também se pretendia que a investigação contribuisse para o fortalecimento da capacidade de advocacia da sociedade civil, fornecendo informações confiáveis em relação ao progresso das Honduras no que toca ao ODS 4. Enquanto tal, o foco da investigação foi preparar um relatório-sombra que analisasse o trabalho realizado pelo Estado das Honduras em 2015-16 na perspectiva das 10 metas do ODS 4, tendo em conta os 12 temas⁴³ estabelecidos como contributo à análise prévia da formulação do Plano Estratégico do Sector da Educação 2015-2030. Esses 12 temas foram estabelecidos pelo Grupo Local de Educação (GLE) e pelo corpo técnico das instituições governamentais responsáveis pela lei. A investigação foi realizada entre os meses de setembro e dezembro de 2016 e foi totalmente financiada pelo CSEF.

Processo de investigação: A investigação primária foi realizada por especialistas contratados pela FDH, com a supervisão de uma equipa composta por três membros especialistas em investigação da FDH. A metodologia de investigação incluiu: i) a revisão de fontes secundárias, tais como dados estatísticos gerados por fontes oficiais, por exemplo, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), pelo Gabinete de Estatística da Educação da Secretaria de Educação e por diferentes instituições do sector da educação que possuem fontes de informação estatística; e ii) fontes primárias, como por exemplo, entrevistas a pessoas envolvidas em posições de gestão e de decisão, através de um breve questionário qualitativo que permitia aos entrevistados expressar opiniões sobre a situação atual, perspectivas futuras e formular algumas recomendações.

Na primeira fase, a FDH determinou os atores-alvo, tomando como critérios: i) conhecimento do sector da educação do país; ii) ocupar cargos de decisão dentro do sistema de ensino, do pré-primário ao superior. Essa estratégia foi utilizada para alcançar um grupo de 20 funcionários que possuem um conhecimento-chave do sector da educação nacional para informar sobre avanços e

⁴¹ http://www.bch.hn/download/honduras_en_cifras/hencifras2015_2017.pdf

⁴² <https://presencia.unah.edu.hn/noticias/aumenta-el-porcentaje-de-estudiantes-admitidos-en-la-unah>

⁴³ Os temas considerados foram: 1. Contexto do Desenvolvimento do Sector da Educação 2. Matrículas, eficácia interna e crianças sem escolaridade 3. Custos e financiamento do sistema 4. Qualidade e capacidade de sistema 5. Eficácia externa 6. Equidade e Democracia 7. Ensino pré-escolar 8. Educação básica e secundária 9. Educação Superior 10. Educação não formal 11. Ensino e Formação nos Domínios Técnico e Profissional 12. Desenvolvimento em contexto de deficiência

limitações na elaboração do Plano Estratégico do Sector da Educação e sobre o alcance de objetivos ao longo do último ano.

A FDH analisou e desenvolveu sensibilização em torno do relatório, o qual apresenta os progressos realizados até agora no âmbito das 10 metas do ODS 4 e dos 12 temas identificados como prioritários pelos diferentes atores que trabalham no desenvolvimento de um Plano Sectorial para 2018-2030.

O relatório de investigação, “*Relatório Sombra de 2016: Avanços na Concretização das Políticas Públicas de Educação e Compromissos Assumidos pelo Estado das Honduras em Relação ao ODS 4 e às suas 10 Metas para 2030*”⁴⁴ foi preparado em conjunto com os relatórios do governo, utilizando dados oficiais do governo que estavam disponíveis. Portanto, o relatório é uma ferramenta de advocacia relevante na medida em que permite à sociedade civil complementar o que foi declarado pelo governo e demonstra as deficiências e não-conformidades deste último.

Usar a investigação com vista à advocacia: Uma das principais constatações da investigação foi que ao realizar a análise dos diferentes temas organizados para a formulação do Plano do Sector da Educação 2018-2030, e ao cruzá-la com as metas do ODS 4, pode verificar-se que não estão refletidas as metas 8, 9 e 10 do ODS 4. As principais recomendações do relatório são, portanto, que todas as metas estabelecidas no ODS 4 sejam incluídas no Plano do Sector da Educação e que os parâmetros usados internacionalmente para medir o índice do direito à educação também sejam implementados. O relatório da investigação também concluiu que o Estado das Honduras deve procurar e deve fornecer recursos relevantes para o sector da educação como garantia do direito à educação. A garantia de uma educação pública gratuita, de qualidade e inclusiva significa a formulação e adoção de políticas que estabeleçam mecanismos para cumprir o compromisso de cumprir o ODS 4, assumido pelos governos, atribuindo um orçamento entre 4 e 6% do produto interno bruto.

A apresentação do Relatório Sombra de 2016 aumentou a sensibilização pública em relação às questões acima mencionadas e que foram apresentadas num fórum público realizado em fevereiro de 2017. Foi entregue a cada participante um documento resumo editado. Os convites para as pessoas participarem no fórum foram feitos através de diferentes canais, tais como os media electrónicos, escritos e radiodifundidos. O fórum promoveu um diálogo informado entre os diferentes atores da sociedade hondurenha que trabalham pelo direito à educação. Os participantes comentaram, como aspeto positivo, o facto de os resultados da investigação e o relatório terem sido partilhados com um público mais amplo.

Resposta e influência emergente: Uma influência significativa das constatações do Relatório Sombra foi o GLE ter-se comprometido a formular o Plano do Sector da Educação 2018-2030 em conformidade com o ODS 4.

Lições aprendidas:

- **Se as investigações são bem apoiadas em dados de confiança, os tomadores de decisão são forçados a tê-las em consideração** e, até certo ponto, a tê-las em conta. As conclusões são também uma ferramenta indispensável para a sociedade que as pode usar para salvaguardar o direito humano à educação e a conformidade com os ODS 4.
- **Divulgar os resultados através de meios diferentes**, por exemplo, através de meios impressos é importante. Em países como as Honduras, esse ainda é um meio importante de partilha da informação, pois nem toda a população tem acesso a redes de internet (há muitas áreas rurais e suburbanas onde não há eletricidade).

Lições aprendidas

Com base nas lições do CSEF: algumas sugestões a partir do corpo de conhecimento existente e orientações sobre boas práticas em investigação eficaz com vista à advocacia

⁴⁴ <https://drive.google.com/file/d/0ByPBQssyWfZQSkdtcWJpbzgwbzQ/view>

Os exemplos de casos de prática a partir de coligações nacionais de educação apoiadas pelo CSEF, partilhados neste resumo de trocas de aprendizagem, identificaram uma série de lições valiosas sobre a condução e o uso das investigações e estudos com vista a influenciar a receptividade e a aceitação do público e do governo. Muitos deles alinham, e confirmam, o conjunto de literatura e orientações sobre boas práticas em investigação eficaz com vista à advocacia ⁴⁵.

Com base nas lições partilhadas, esta secção apresenta um resumo de alguns elementos-chave a serem considerados quando as coligações planeiam e se preparam para realizar investigações que visam informar o seu trabalho de defesa do direito à educação. Este resumo não é de forma alguma exaustivo, e aos leitores será posteriormente fornecida uma lista de recursos relevantes online para aprofundar o seu conhecimento e a sua compreensão sobre como realizar e usar a investigação de forma eficaz como base para uma advocacia bem sucedida.

Refletir sobre algumas observações importantes sobre investigação com vista à advocacia ⁴⁶

Os exemplos de casos de prática apresentados neste trabalho demonstram que:

- Existem muitos tipos diferentes de investigação e estudos, e cada um requer um tipo diferente de processo de investigação, e cada um produz um tipo diferente de informação. Cada um é apropriado num certo número de situações, mas é importante saber fazer corresponder a investigação ao objectivo que ela visa atingir – ela tem que ser “adequada ao propósito”.
- A investigação com vista à advocacia tem um propósito específico: influenciar as políticas formais e informais estabelecidas pelos políticos e outros atores no poder. Assim, é importante recolher informação de qualidade e apresentá-la de forma convincente.

O ideal é que a investigação com vista à advocacia mostre claramente que as necessidades ou problemas que queremos abordar são reais e sérios e que os métodos que recomendamos para abordá-los têm, de facto, sido bem sucedidos. Quando este ideal não é bem compreendido, no entanto, podemos vir a descobrir que temos que proceder a ajustes na nossa abordagem de modo a sermos persuasivos - podemos reformular a questão (ver Quadro 5), por exemplo, ou personalizá-la, recolhendo depoimentos (ver Quadro 6) ou histórias de indivíduos afectados (tais como nos exemplos de caso da Costa do Marfim e da Moldávia). Seja qual for a nossa abordagem, o **nosso objetivo é tornar a nossa investigação o mais atraente possível**, estejamos nós a tentar aumentar o financiamento interno da educação, ou a querer mudar a maneira como o mundo lida com as disparidades na política, e na prática, dos direitos à educação.

Caixa 5: Reenquadrar o problema

O enquadramento é uma maneira de estruturar ou apresentar um problema ou uma questão. Esta é uma consideração importante na elaboração de uma investigação para o processo de advocacia pois influencia quem deve ser incluído no processo, como o público-alvo vê a questão, o escopo da investigação e que gama de possíveis soluções são consideradas. O enquadramento envolve explicar e descrever o contexto do problema para obter o maior apoio por parte do nosso público. O nosso público é fundamental para o enquadramento. A forma como um problema é colocado, ou enquadrado, deve refletir as atitudes e crenças do nosso público.

Quem é o nosso público? Pode ser qualquer pessoa, incluindo um único político influente, uma pessoa ou grupo afetado pelo problema, um grupo da comunidade ou os media. Pode também mudar de dia para dia, quando falamos com pessoas diferentes. Independentemente de quem é o nosso público, ao enquadrar um problema, devemos começar por fazer perguntas específicas sobre: Qual é o problema? Quem está envolvido? O que contribui para o problema? O que contribui para a solução?

⁴⁵ Ver, por exemplo, a lista de referências apresentada para sinergias múltiplas entre as lições aprendidas, que foram partilhadas pelas coligações, e as do âmbito das referências apresentadas.

⁴⁶ Sintetizado de: *Participatory Advocacy: A Toolkit for VSO Staff, Volunteers and Partners*, VSO, November 2009; and *Community Toolbox* (online portal), Chapter 32 ‘*Conducting Advocacy Research*’, acedido em maio de 2018 em <https://ctb.ku.edu/en/table-of-contents/advocacy/advocacy-research>

Caixa 6: Recolha de testemunhos

O testemunho pessoal pode funcionar bem porque fornece um relato pessoal, em primeira mão, de como as leis e as políticas produzem um impacto diário sobre os seres humanos, incluindo sobre grupos marginalizados de pessoas. Frequentemente, os decisores políticos são afastados dos efeitos que as suas decisões provocam e não podem realmente conhecer os danos ou os benefícios que causam. O testemunho pessoal dá àqueles que estão no poder uma perspectiva mais “humana” da eficácia, ineficácia, benefícios ou problemáticas de uma política, ou do seu potencial numa comunidade ou num grupo específico de pessoas. Os testemunhos pessoais podem influenciar a aprovação, a revisão ou a derrota de políticas e regulamentos propostos por legisladores nacionais, departamentos regionais de educação, conselhos municipais ou conselhos escolares, porque mostra aos legisladores como os cidadãos de base se sentem relativamente ao trabalho que os representantes eleitos fazem e em relação aos quais estão a ser socialmente responsáveis.

A sociedade civil está posicionada de forma única, e tem um papel importante a desempenhar, na recolha de informação e documentação, e em assegurar que as vozes dos povos marginalizados sejam ouvidas.

Se a investigação visa ser útil para influenciar os decisores, ela deve ser:

- **Geral** - Fornecendo informações abrangentes, não apenas casos e episódios selecionados. A informação geral de enquadramento ajuda a contextualizar a questão, proporcionando um “quadro maior” em relação ao qual o problema local pode ser examinado - por exemplo: fornecer factos e números, ou pesquisar as dimensões internacional e regional de um problema.
- **Acessível e Facilmente Compreensível** – Um corpus de boas provas, apresentado num formato fácil de usar, e compilados e analisados.
- **Orientada** - Os resultados são apresentados em vários formatos, adaptados a cada público, tendo em conta as necessidades de informação dos decisores (conteúdo e formato). Compreender o nosso público e a que responderá deve fazer parte da nossa investigação; torna claro qual o tipo de investigação que é apropriada (adequada ao propósito) e mostra-nos como melhor apresentar as conclusões dessa investigação. Ser capaz de falar com força e convicção visando exatamente os decisores políticos e outros que queiramos influenciar é a chave para uma boa investigação com vista à advocacia.
- **Relevante** - Adequada à sua área de trabalho, prioridades e interesses. Precisamos de considerar o que estamos a tentar demonstrar e o histórico e as suposições do nosso público-alvo. Essas duas considerações são igualmente importantes. Podemos ter provas contundentes para apoiar as nossas conclusões, mas se não forem provas que nosso público-alvo aceite de pouco servirá (ver o Quadro 7).
- **Mensurável** – Incluindo factos, números e estatísticas.
- **Oportuna** – Apresentada no momento certo e usando informações atualizadas.
- **Útil do ponto de vista prático** – Baseado na realidade e fornecendo soluções práticas, viáveis e económicas.
- **Objectiva** – Recolhida de fontes objetivas, sem argumentos emocionais ou juízos de valor não substanciados.
- **Precisa** - Oferecendo uma representação justa e verdadeira dos factos. Não devemos "varrer os dados para debaixo do tapete" se isso não for compatível com o nosso caso! Precisamos de antecipar e de desenterrar os argumentos contra nós, e lidar com eles no nosso trabalho de advocacia.
- **Credível** - Fiável, com fontes apropriadas, usando ferramentas e métodos aceites (ver Caixa 8)
- **Sustentada** - Se formos capazes de originar mudanças nas políticas, a investigação contínua permitir-nos-á mostrar aos decisores políticos que tomaram a decisão certa, ou ajudar-nos-á a resistir a esforços de restabelecer políticas ineficazes ou imprudentes. A investigação também nos ajudará a continuar com a nossa defesa à medida que as condições ou as necessidades do nosso círculo eleitoral mudem.
- **Autoritária** - Realizada por uma organização que os decisores políticos consideram credível e fiável.

Caixa 7 Algumas maneiras de aumentar a probabilidade de as provas serem aceites

- Tente reunir e fazer a triangulação de muitos tipos de provas diferentes.
- Encontre e use provas que sejam simples e indiscutíveis.
- Saiba exatamente que provas são necessárias para convencer o público-alvo, e procure-as.
- Se possível, e quando relevante, enfatize a credibilidade dos investigadores (por exemplo, peritos conhecidos, conhecedores das realidades das comunidades de base, etc.)
- Indique se muitos estudos diferentes chegaram às mesmas conclusões.

Caixa 8: Referenciação de fontes

Verifique sempre se a investigação é bem referenciada, para que os leitores possam verificar as fontes de dados e informações. Em geral, qualquer leitor deve ser capaz de ter acesso claro às fontes da investigação (e verificá-las, se quiser). Existem vários formatos a utilizar na referenciação da investigação. Um dos sistemas de referência mais amplamente utilizado nas ciências sociais é o sistema APA (criado pelo sistema da Associação Americana de Psicologia, mas agora usado internacionalmente). Além disso, o sistema de Harvard também é um estilo de referência comumente usado, principalmente para universidades de todo o mundo. É também conhecido como o estilo de referência 'autor-data', pois cada referência citada é caracterizada pelo nome do autor e pela data de publicação.

Alguns links úteis sobre recursos, para leituras adicionais

Há um vasto corpo de conhecimento e orientações práticas relacionadas com o uso de investigação para uma advocacia eficaz. Algumas, que são acessíveis online clicando sobre o hiperlink, são apresentadas a seguir para mais troca de aprendizagens ⁴⁷:

1. [O Community Tool Box](#) é um portal de bibliotecas online e um serviço do Centro de Saúde e Desenvolvimento Comunitário da Universidade do Kansas, EUA. Oferece kits de ferramentas práticos e guias passo-a-passo sobre como agir, ensinar e formar em organização para o desenvolvimento da comunidade. Inclui guias práticos sobre como avaliar as necessidades e recursos da comunidade, envolver as partes interessadas, planejar ações, criar liderança, melhorar a competência cultural, planejar uma avaliação e manter os seus esforços ao longo do tempo. [O Capítulo 31, secção 10](#) é dedicado a orientações sobre como levar a cabo investigações para influenciar políticas.
2. [Um Guia do ativista para investigação e advocacia](#) é um guia útil e prático publicado em 2003 pelo Centro para a Sociedade Civil da Universidade de Durban, África do Sul.
3. [O Poder das Provas em Advocacia](#) é um pacote de recursos para formadores sobre advocacia de políticas baseada em provas na África Oriental (adaptável a outros contextos), publicado em 2007 pela Fundação de Investigação Económica e Social (ESRF), um parceiro do Overseas Development Institute (Instituto de Desenvolvimento Ultramarino - ODI).
4. [Usar os Media e a Investigação com vista à advocacia: Formas de aumentar o sucesso a custo reduzido](#) - publicado em 2007 pela Healthbridge (anteriormente PATH Canadá), este guia destina-se a pessoas que desejem trabalhar com os governos para conseguir uma mudança positiva e que estão interessadas em conseguir novas ideias para aumentar a cobertura dos media ou para levar a cabo investigações que apoiarão os seus objetivos de advocacia.
5. [Kit da FAIR sobre Ativismo nos Media](#) é um conjunto de guias de "como fazer" para identificar, documentar e desafiar a cobertura imprecisa ou injusta de notícias, juntamente com informações sobre como promover media independentes. É produzido pela FAIR - uma organização com sede em Nova York, EUA, que trabalha para advogar por uma maior diversidade na imprensa, examinando práticas dos media que marginalizam os pontos de vista do interesse público, das minorias e dos dissidentes.
6. [Um Guia de Aprendizagem: Advocacia pró Género na Educação Baseada em Provas](#) - produzido pela UNICEF Regional do Leste Asiático e Pacífico em 2010, este guia fornece um roteiro detalhado passo-a-passo para a compreensão dos fundamentos teóricos e práticos da advocacia baseada em provas. Destina-se a ser uma ferramenta prática e interativa para decisores políticos e profissionais envolvidos na advocacia.
7. [Lições das Iniciativas de Análise Orçamental e de Advocacia da Sociedade Civil](#) é um artigo do Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS), Reino Unido, que apresenta um breve resumo de um projeto de investigação que explorou o impacto e eficácia do trabalho de orçamento realizado por organizações independentes da sociedade civil. Existe um link para o [Documento de Trabalho 279](#) intitulado "Análise Orçamental e Advocacia de Políticas: O Papel da Ação Pública Não-Governamental" (2006) que, na Secção 5, oferece lições sobre o que funciona bem.
8. [Contar histórias e políticas baseadas em provas: lições da literatura não convencional](#) - é um artigo de investigação de 2017, de Brett Davidson, publicado pela Palgrave Communications. Embora por vezes seja bastante académico, é uma leitura relevante que descreve algumas das maneiras pelas quais a compreensão da psicologia dos decisores

⁴⁷ Estão também referenciadas nas notas de rodapé deste documento uma série de fontes relevantes adicionais.

políticos, e fatores como a dinâmica de grupo e o contexto político, se refletem na literatura não convencional e as suas implicações para a compreensão do papel de contar histórias na advocacia política.

9. [Advocacia da educação: Três lições do terreno](#) - Este recurso do Brookings Institute de 2015 articula-se com um kit de ferramentas para criar campanhas [aqui](#): o kit de ferramentas completo precisa de ser comprado (online na Amazon) mas, na secção "Ferramentas e Modelos" existem várias ferramentas e modelos de acesso gratuito, úteis para criar campanhas de advocacia.
10. [Kit de ferramentas de advocacia - um guia para influenciar decisões que melhoram a vida das crianças](#) - UNICEF, Nova Iorque, 2010. Este manual fornece um conjunto de ferramentas práticas para ajudar o pessoal e parceiros da UNICEF no desenvolvimento e gestão do seu trabalho de advocacia. No entanto, pode ser adaptado para uso por outros atores, como as coligações nacionais de educação. Nas páginas 4 e 5 há uma descrição e gráfico úteis sobre a abordagem à advocacia baseada nos Direitos Humanos.
11. [O Portal de Recursos de Políticas e Práticas da Oxfam](#) fornece links para uma série abrangente de orientações práticas e kits de ferramentas sobre os aspectos da investigação relacionados com o "como fazer".
12. [Conhecimento para a Política: Tirando o Máximo da Investigação de Desenvolvimento](#) - Este e-book gratuito (que pode ser descarregado como PDF em inglês, espanhol, árabe e chinês) foi escrito para melhorar o design de projetos de investigação para aumentar a influência política da investigação.
13. [Tirar o máximo proveito da investigação sobre desenvolvimento](#) é um recurso fornecido pelo ODI (Instituto de Desenvolvimento Ultramarino). O link para o "relatório" disponibiliza uma síntese pormenorizada de uma apresentação sobre investigação e desenvolvimento de políticas.
14. [Três maneiras pelas quais a investigação académica pode influenciar a política da função pública](#) é um artigo que foi publicado no jornal The Guardian. Discute três maneiras diferentes pelas quais a investigação pode influenciar o ambiente de políticas.